



ATA Nº3/2025

ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA TRINTA DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO -----

----- Aos trinta dias do mês de junho, do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Ourém, em sessão ordinária, no edifício multiusos de Caxarias, convocada nos termos da alínea b), do n.º 1, artigo 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a seguinte: -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- **01 - Período de ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **01.01** – Apreciação e votação da ata nº 02/2025 referente à sessão ordinária de 30.04.2025 -----

----- **01.02** – Leitura resumida do expediente -----

----- **01.03** – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais -----

----- **02 - ORDEM DO DIA** -----

----- **02.01** – Período de intervenção aberto ao público -----

----- **02.02** – Atividade Municipal – apreciação de uma informação do senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual -----

----- **02.03** – Apreciação e votação da proposta camarária – Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I.P. – proposta de protocolo -----

----- **02.04** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Fátima – proposta de protocolo -----

----- **02.05** – Apreciação e votação da proposta camarária – revisão do “Regulamento Municipal de atribuição de incentivos à fixação de médicos de medicina geral e familiar nas Unidades de Saúde de Ourém” – versão final -----

----- **02.06** – Apreciação e votação da proposta camarária – Carta Municipal de Habitação do Município de Ourém – versão final -----

----- **02.07** – Apreciação e votação da proposta camarária – “Regulamento de atribuição de tarifas sociais e familiares” – versão final -----



- **02.08** – Apreciação e votação da proposta camarária – Atividades de Enriquecimento Curricular – 1.ª Ciclo do Ensino Básico – ano letivo 2025//2026 – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.09** – Apreciação e votação da proposta camarária – Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do concelho de Ourém – manutenção de Equipas de Intervenção Permanente – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.10** – Apreciação e votação da proposta camarária – “P141/2025 – expansão do Parque Ribeirinho Dr. António Teixeira – Fase I” – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.11** – Apreciação e votação da proposta camarária – “P310/2024 – Área de Acolhimento Empresarial de Caxarias – Urqueira (111905/2024)”, retificação dos compromissos plurianuais -----
- **02.12** – Apreciação e votação da proposta camarária – “P130/2025 – aquisição de 2 veículos pesados de passageiros, tipo urbano, 100% elétricos – Lote 1 – autocarro de 30 lugares / Lote 2 – autocarro de 20 lugares (47071/2025)” – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.13** – Apreciação e votação da proposta camarária – “P131/2025 – aquisição de 2 veículos pesados de passageiros a diesel – Lote 1 – autocarro de 55 lugares / Lote 2 – autocarro de 29 lugares (47353/2025)” – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.14** – Apreciação e votação da proposta camarária – “P144/2025 – Acordo Quadro de Eletricidade da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (BTE/MT), durante 9 meses (52533/2025)” – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.15** – Apreciação e votação da proposta camarária – “P151/2025 – medidas de eficiência energética no edifício dos Paços do Concelho de Ourém (27304/2025)” – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.16** – Apreciação e votação da proposta camarária – “P156/2024 – reabilitação da EB 2,3 IV Conde de Ourém (82087/2024)” – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.17** – Apreciação e votação da proposta camarária – “Construção de redes de drenagem de águas residuais – lugares de Calços e Matos, Freguesia de N.ª Sr.ª da Piedade – Ourém” – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.18** – Apreciação e votação da proposta camarária – regime livre de acesso às instalações municipais no âmbito de atividades organizadas e promovidas pelo Município de Ourém -----



- **02.19** – Apreciação e votação da proposta camarária – utilização das Piscinas Municipais de Ourém – época balnear 2025 -----
- **02.20** – Apreciação e votação da proposta camarária – utilização das Piscinas Municipais de Ourém – época balnear 2025 – Instituições Particulares de Solidariedade Social - -----
- **02.21** – Apreciação e votação da proposta camarária – permuta de parcelas de terreno – Freguesia de Nossa Senhora da Piedade – Ourém -----
- **02.22** – Apreciação e votação da proposta camarária – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I.P. – pedido de cedência do Teatro Municipal de Ourém -----
- **02.23** – Apreciação e votação da proposta camarária – União das Freguesias de Gondemaria e Olival – pedido de isenção de taxas -----
- **02.24** – Apreciação e votação da proposta camarária – APAJEFÁTIMA – Associação de Pais e Encarregados de Educação dos alunos do Agrupamento de jardins e Escolas de Fátima – pedido de isenção de taxas -----
- **02.25** – Apreciação e votação da proposta camarária – Associação Cultural, Recreativa e Desportiva da Moita Redonda – pedido de isenção de taxas -----
- **02.26** – Apreciação e votação da proposta camarária – Associação Academia de Dança Remedios Rodriguez – isenção de taxas -----
- **02.27** – Apreciação e votação da proposta camarária – Centro Desportivo de Fátima – pedido de isenção de taxas -----
- **02.28** – Apreciação e votação da proposta camarária – pedido de cedência do Pavilhão Gimnodesportivo de Caneiro – isenção de taxas -----

ADITAMENTO À ORDEM DE TRABALHOS

-----De seguida, e antes de passar ao ponto um da ordem de trabalhos, o Presidente da Assembleia Municipal informou o plenário relativamente à existência de matérias que, não tendo sido agendadas, poderiam ser aditadas, nos termos do n.º 2, do art.º 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dado tratar-se de uma sessão ordinária e se a Assembleia Municipal reconhecer a urgência da respetiva discussão, a saber: -----

----- União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos – proposta de acordo - -----

----- “P229/2023 – elaboração do levantamento topográfico e projeto para a construção de dois campos de futebol sintético, bancada e balneários no complexo desportivo de Fátima (96665/2323)” – assunção de compromissos plurianuais – retificação -----



----- Face ao exposto, questionados os representantes dos grupos municipais, com assento neste órgão deliberativo, sobre eventual objeção relativamente a esta proposta, foi dado o respetivo consentimento, por unanimidade, tendo-se constituído os seguintes pontos à ordem de trabalhos: -----

----- **02.29** – União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos – proposta de acordo -----

----- **02.30** – “P229/2023 – elaboração do levantamento topográfico e projeto para a construção de dois campos de futebol sintético, bancada e balneários no complexo desportivo de Fátima (96665/2323)” – assunção de compromissos plurianuais – retificação -----

----- **02.31** – Período de intervenção aberto ao público -----

----- Verificou-se a presença dos MEMBROS ELEITOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

----- João Manuel Moura Rodrigues – Presidente AMO -----

----- Ana Margarida Henriques Neves Vieira – 1.ª Secretária AMO -----

----- Nuno Manuel Pinto Dias – 2.º Secretário AMO -----

----- Paulo Alexandre Cancelinha de Sá -----

----- Nuno Miguel Gonçalves Baptista Pereira -----

----- Valdemar Pinheiro de Oliveira -----

----- Mónica Filipa Gaspar Faria -----

----- Carlos Alberto de Jesus Pereira Marques -----

----- Otilia Cristela Antunes Marto -----

----- João Carlos de Jesus Pereira -----

----- Filipe Remi Callebaut Mendes -----

----- Tiago Ferreira Simões Vieira -----

----- Francisco Emanuel Marques Lopes -----

----- Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques -----

----- João Filipe Campos Catarino -----

----- Jorge Pereira da Silva -----



----- Na impossibilidade de comparecer e conforme preceitua o artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (versão atualizada), procedeu-se à substituição dos membros da Assembleia Municipal: -----

----- Helena Santos Pereira, PS, foi substituída por **Edgar Ferreira Enes** -----

----- Victor de Oliveira Santos, PS, foi substituído por **Sérgio Filipe Neves Oliveira** -----

----- Paula Cristina de Oliveira Martins, PS, foi substituída por **Filomena Maria Espírito Santo Coelho Reis** -----

----- Cláudia Maria Pereira Campos, PPD/PSD, foi substituída por **Manuel Lourenço Dias**

----- Não compareceu, tendo justificado a respetiva ausência, o membro da Assembleia Municipal: -----

----- Joana Casimiro Rosado, CHEGA -----

----- Verificou-se a presença dos PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA: -----

----- Freguesia de Alburitel – Engrácia Maria Vieira Marques Carriço -----

----- Freguesia de Atouguia – Luís Manuel Gameiro de Oliveira -----

----- Freguesia de Caxarias – Nelson Nuno Duarte Antunes -----

----- Freguesia de Espite – Dulce Raquel Lourenço Mateus -----

----- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, Luís Pereira de Oliveira -----

----- Freguesia de Seiça, Ângela Vanessa Chaves Marques -----

----- Freguesia de Urqueira – Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco -----

----- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade – Luís Alexandre Serras de Sousa -----

----- União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais – Paulo Luís Marques Nunes -----

----- União das Freguesias de Gondemaria e Olival – António Manuel Oliveira da Silva -----

----- União das Freguesias Rio de Couros e Casal dos Bernardos – Jorge Manuel Dias Lopes -----

----- Na impossibilidade de comparecer e conforme preceitua a alínea c), do n.º 1, do artigo 18.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), fez-se representar o Presidente de Junta: -----

----- Freguesia de Fátima – **Secretário, Carlos Ferreira Neves** -----



----- Não compareceu, tendo justificado a respetiva ausência, o Presidente: -----
 ----- União das Freguesias de Matas e Cercal – Virgílio Antunes Dias -----
 ----- Em cumprimento do n.º 1 e n.º 3 do artigo n.º 48º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (versão atualizada) compareceu o executivo camarário, conforme se especifica:-----
 ----- Senhor Presidente da Câmara Municipal: -----
 ----- Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque -----
 ----- Senhores Vereadores em regime de permanência:-----
 ----- Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa -----
 ----- Rui Manuel Simões Vital -----
 ----- Micaela Abrantes dos Santos Durão -----
 ----- Humberto Luís Ferraz Antunes -----
 ----- Senhores Vereadores em regime de não permanência:-----
 ----- Cília Maria de Jesus Seixo -----
 ----- Gonçalo Santos Pires Bento -----
 ----- Deu início aos trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, o Presidente da AMO que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a sessão, pelas quinze horas e trinta e cinco minutos. -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----
01.01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 02/2025 REFERENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DE 30.04.2025 -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL submeteu à apreciação do plenário a ata referida em epígrafe, cujo texto foi, previamente, distribuído a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- **Submetida a apreciação do plenário, foi a ata aprovada, por unanimidade, com o voto dos membros presentes na citada sessão.** -----



01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE.

----- A Assembleia Municipal esteve representada, desde a última sessão datada de 30 de abril 2025, nas seguintes iniciativas: -----

- Inauguração da Unidade de Cuidados Continuados – Convalescença em Fátima, Portugal Sénior Health Care, Fátima -----
- Solenidades do 1.º de Maio, Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ourém, Ourém -----
- Evento “APAJE EM FAMÍLIA”, Apajefátima, Fátima -----
- Reunião do Conselho Municipal de Educação, Câmara Municipal de Ourém, Ourém -----
- Apresentação do projeto “Hospital no Domicílio Sénior”, Câmara Municipal de Ourém, Ourém
- 30.º aniversário da elevação de Caxarias a Vila, Freguesia de Caxarias, Caxarias -----
- Jantar Solidário – Cabo Verde, INSIGNARE, Fátima -----
- 46.º aniversário do CRIO - Centro de Reabilitação e Integração Ouriense, CRIO, Ourém -----
- Deslocação dos vencedores do projeto AJO 2025 à Ilha do Fogo, Cabo Verde -----
- XXX aniversário da elevação de Freixianda a Vila, União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, Freixianda -----
- Reunião Comissão Planeamento Estratégico, Assembleia Municipal de Ourém -----
- 22.º aniversário da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Fátima, Fátima -----

----- Foi ainda dado conhecimento do seguinte: -----

----- Atribuição de uma menção honrosa à Assembleia Municipal de Ourém, por parte da Associação Nacional de Assembleias Municipais, no âmbito do projeto “TiAMO”, Teatro Inclusivo. Peça de teatro para crianças e jovens portadores de deficiência. -----

----- Deslocação dos jovens vencedores do projeto AJO à Ilha do Fogo, Cabo Verde, com a qual o Município tem estabelecido relações internacionais, desde 1999. Ourém acolhe habitualmente jovens de Cabo Verde, contudo, esta foi a primeira visita dos jovens de Ourém àquela ilha, tendo sido uma experiência de intercâmbio cultural muito enriquecedora para os jovens ourenses e cabo-verdianos. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada** -----



01.03 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS GERAIS.

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

= **NELSON NUNO DUARTE ANTUNES**, Presidente Junta de Freguesia de Caxarias, expôs o seguinte: “Boa tarde senhor Presidente da Assembleia. -----

Aproveito este momento para cumprimentar o Excelentíssimo Senhor Presidente de Câmara, - Excelentíssimos Senhores Vereadores do Município, -----

Excelentíssimos Senhores Deputados, -----

Membros desta Assembleia, -----

Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta aqui presentes, -----

Estimados concidadãos -----

Começo por dar as boas vindas a todos e agradecer, em nome da Junta de Freguesia de Caxarias, o facto desta sessão da Assembleia Municipal se realizar aqui na nossa sede. -----

É para mim, enquanto Presidente de Junta, uma grande satisfação podermos receber-vos neste espaço, demonstrando assim o nosso compromisso em colaborar com o Município e com a Assembleia Municipal, na aproximação da vida autárquica aos cidadãos da nossa terra.

Gostaria também de salientar que esta realização só é possível porque nos encontramos, hoje, num edifício novo, com todas as condições, graças ao apoio do Município. -----

Tudo isto foi pensado para servir melhor a nossa população e permitir, precisamente, momentos como este, em que o debate democrático requer conforto, acessibilidade e boas infraestruturas. -----

Quero, por isso, renovar o convite para que todos se sintam verdadeiramente em casa. -----

Espero que esta sessão seja um bom exemplo de diálogo construtivo, de trabalho conjunto, em prol da nossa Freguesia e de todo o Concelho. -----

Muito obrigado a todos pela vossa presença. -----



Obrigado” -----

= **FILIFE REMI CALLEBAUT MENDES**, Grupo Municipal PS, apresentou a seguinte declaração: “Exm^{os} Senhores, -----

Cumprimento todos na pessoa do presidente desta assembleia! -----

Na passada semana, assinalou-se o aniversario da Associação Humanitária de Bombeiros voluntários de Fátima, e com ele, chegou-se a mais uma etapa do caminho para a realização do sonho, do quartel! -----

Este caminho, tem sido árduo e custoso, cheio de desilusões, algumas vindo desta assembleia, dando razão ao chavão, muitas vezes repetido - “Pedras no caminho? Guardo todas, um dia vou construir um castelo” -, neste caso, o castelo dos soldados da paz!! -----

Ora, este projeto que agora começa de facto ganhar asas, mostra-nos outra vez, que Fátima, enquanto lugar, aquele que tem crescido, sendo atualmente a freguesia mais populosa deste concelho, só tem de agradecer a si mesmo, à resiliência e teimosia dos Fatimenses em levar a sua terra mais além, assumindo, dessa forma muito direta e nítida esse o trabalho de fazer todo esse caminho! -----

Fátima, aquele lugar escolhido para o Santuário mariano e que diria com alguma modéstia, o mais importante a nível mundial, com uma mensagem de Maria em favor da paz mundial, do entendimento dos povos, também conhecida como Altar do Mundo e que nos transporta para um mar se sentimentos positivos entre os mais diversos povos e religiões! -----

Fátima que se criou ao longo dos tempos, e se recria, teimosamente todos os dias, que dá a visibilidade única a este concelho por todo o lado, pelos quatro cantos deste mundo redondo! --

No entanto, Fátima, tem-se pautado pelo abandono por parte das entidades responsáveis, que àquela terra muito devem..... como se dum enteado se tratasse! Aquele filho, mal-amado! ----

Tenho dito!” -----

= **OTÍLIA CRISTELA ANTUNES MARTO**, Grupo Municipal CDS-PP, apresentou a seguinte declaração: “Cumprimento todos os presentes na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

Também vou falar sobre o mesmo assunto, abordado pelo meu colega. -----



No passado dia 25 de junho, a propósito da passagem do 22.º aniversário do Corpo de Bombeiros Voluntários de Fátima, decorreu uma cerimónia comemorativa que contou com a presença de diversas entidades, das quais destacamos o senhor Secretário de Estado da Proteção Civil, Rui Rocha. -----

A presença de um membro do Governo deve-se ao facto de ter sido assinado o protocolo de financiamento destinado à construção do novo quartel dos Bombeiros Voluntários de Fátima, podendo-se dizer que se trata de um dos momentos mais importantes da história desta instituição. -----

O acordo, agora formalizado, contempla um apoio financeiro no valor de 2 milhões €, assegurados pelo Estado Central, com vista à edificação do ambicionado novo quartel, uma infraestrutura mais adequada às exigências atuais do serviço operacional e às condições de trabalho da Corporação. -----

Além deste passo imprescindível para a construção deste novo equipamento, por ação do Governo, recordamos o papel assumido também pela Câmara Municipal de Ourém, com o apoio financeiro de 500.000 € para fazer face ao processo de aquisição dos terrenos para a instalação do quartel e ainda a doação de um terreno, avaliado em 126.000 €, à instituição. Além disso, também foi possível ainda proporcionar um protocolo de apoio financeiro, garantia de um financiamento no valor de outros 2 milhões €, cuja ação visa o reforço e a viabilidade financeira da obra, cujo orçamento total está estimado em cerca de 4,5 milhões €. -----

Este conjunto de apoios financeiros, muito significativos, agora do Governo e, neste passado recente, pela Câmara Municipal, transformam-se na garantia para que a instituição dos Bombeiros Voluntários de Fátima possa levar a cabo o projeto existente e edificar esta ambição antiga. -----

Neste momento, muito especial para todos, em particular para a Freguesia de Fátima, destacamos a resiliência da nossa autarquia e da Direção dos Bombeiros. -----

De forma decidida e eficiente, resolveram, em definitivo, um processo que, em tempos de governação socialista no Município e no Governo, esteve demasiado tempo perdido em inércias, com localizações impossíveis e nunca obteve respostas concretas sobre apoios financeiros para resolver o problema da sua construção. -----



Em resumo, neste processo, temos mesmo que valorizar o papel decisivo dos eleitos da coligação PSD-CDS no concelho e no país, pois permitiu concretizar a ambição da população e da Corporação dos Bombeiros de Fátima.” -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, Grupo Municipal PPD/PSD,

apresentou a seguinte declaração: “Exmo. Senhor -----

Presidente da Assembleia Municipal, -----

Exmo. Senhor -----

Presidente da Câmara Municipal, -----

Srs. Vereadores, -----

Srs. e Sras. Deputados Municipais, -----

Público na sala e em casa, -----

Comunicação Social, -----

Minhas senhoras e meus senhores, -----

No passado dia 18 de maio, os portugueses foram chamados novamente às urnas após o PS e o Chega terem derrubado o governo. -----

Os resultados foram claros: a AD reforçou claramente a sua votação face há um ano, teve mais votos, mais deputados, ganhou em mais distritos, em mais concelhos e venceu nas principais cidades. -----

Luís Montenegro foi claramente legitimado nas urnas, apesar do líder do PS afirmar e abusar em campanha que o primeiro ministro não era honesto, que não era sério e que tinha um problema ético. Os portugueses discordaram de Pedro Nuno Santos e disseram claramente que confiam no primeiro-ministro. -----

Assistimos à maior derrota de sempre das esquerdas em Portugal. Nunca o PCP e o Bloco valeram tão pouco. E nem a subida do Livre disfarça a crise da extrema-esquerda. Já o PS sofreu uma das maiores derrotas da sua história. -----

No concelho de Ourém, a AD voltou a consolidar os seus resultados e continua a ser a força política mais votada, com um aumento de votos em relação a 2024. O Chega voltou a suplantar o PS, que perdeu mais de setecentos votos. -----



O PS em Ourém está perante um enorme desafio e deve compreender a mensagem que o eleitorado lhe está a dar. A história ensina-nos que nada é eterno. Nem os impérios, nem as lideranças... nem os partidos. Sim, os partidos também morrem! Morrem quando se afastam das pessoas. Morrem quando se fecham sobre si. E muitas vezes são eles próprios que se matam! -----

Não basta viver de memórias, de vitórias passadas ou de nomes sonantes. A política é feita no presente, com olhos postos no futuro. E os partidos que não acompanham a mudança, que não se sabem reinventar, que não reconhecem os seus erros, que não sabem ouvir as pessoas, acabam por se tornar irrelevantes — e quando assim é, o povo faz aquilo que só o povo pode fazer: muda, escolhe e afasta. -----

Quer em Ourém, quer no país, as sucessivas eleições estão a demonstrar que as pessoas estão cansadas do socialismo e das suas políticas. Desde o governo de maioria absoluta em 2022, o PS perdeu quase um milhão de votos. Isto só tem uma palavra: rejeição! -----

Nos governos PS a qualidade dos serviços públicos, sobretudo da saúde e da educação, piorou. Tivemos a mais alta carga fiscal de sempre e os problemas da habitação e justiça agravaram-se. -----

Para culminar, a profunda irresponsabilidade dos governos de António Costa levou a um aumento da imigração para o qual nem os portugueses nem o Estado estavam organizados. ---

O PS deixou a Portugal uma herança muito pesada: entre 2017 e 2024, a imigração aumentou em mais de um milhão e meio de novos imigrantes. Reparem bem: é um aumento que quadruplica os valores de 2017. Para um país de 10 milhões de pessoas, 15% de imigração em sete anos é um desastre demográfico. A extinção do SEF foi um enorme erro. A criação da manifestação de interesse sem controlo também. Tal como o foi a entrada de 120 mil imigrante sem verificação do registo criminal ou as 400 mil pessoas que foram deixadas por legalizar. ----

Foi este desastre que levou um partido recente, como o Chega a transformar-se no segundo maior partido. Por muito que custe a alguns socialistas, o PS foi um dos pais do Chega. -----

Perante o fenómeno preocupante da imigração descontrolada, o atual governo já encarou este problema como uma urgência nacional. Há poucos dias, foram aprovados em Conselho de Ministros quatro diplomas que visam alterar as regras da imigração em Portugal. As alterações



passam por criar uma unidade de estrangeiros e fronteiras na PSP, por alterar a lei da nacionalidade, a lei de estrangeiros e o prazo das autorizações de residência. -----

Caros colegas, -----

Sobre a composição do novo governo, duas breves notas. -----

A primeira, para mencionar a criação de um ministério dedicado à reforma do Estado. Menos burocracia significa mais desenvolvimento, mais oportunidades e melhor qualidade de vida para todos. -----

A segunda, pela continuidade do nosso conterrâneo e colega, João Moura, na Secretaria de Estado da Agricultura. Esta nomeação é motivo de legítimo orgulho para todos os ourenses. --

O Grupo Municipal do PSD endereça ao Eng.º João Moura votos das maiores felicidades no exercício das suas funções, numa área estratégica e crucial para o desenvolvimento da nossa região e do país. -----

Caros colegas, -----

Portugal sempre foi um país de superações. Com trabalho, engenho e coragem, escrevemos páginas decisivas da História. -----

Devemos ter confiança! Confiança nas nossas instituições, nos nossos jovens, nas famílias, nas empresas, nas escolas, nas autarquias, onde diariamente se constroem soluções com empenho e sentido de missão. -----

E devemos ter esperança! Esperança para nos levar a agir, a exigir mais de nós próprios e a lutar por um país mais justo, mais desenvolvido e mais unido. -----

Nas eleições legislativas, o país apelou e cantou "*Deixem o Luís trabalhar.*" -----

Também em Ourém, nas próximas eleições autárquicas, vamos dar continuidade a esse apelo.

Vamos todos dizer, com convicção: "*Deixem o Luís trabalhar!*" -----

Porque quem trabalha com seriedade e dedicação, merece a confiança do povo. -----

Disse." -----

= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, representante do Grupo Municipal MOVE, apresentou a seguinte declaração: "Cumprimento a Mesa na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Cumprimento o senhor Presidente da Câmara Municipal e a restante Vereação, -----



Cumprimento os meus colegas de Assembleia Municipal, -----
Cumprimento também a comunicação social aqui presente, o Público, bem como aqueles que nos assistem pelas redes normais de comunicação. -----

Senhor Presidente, fiquei muito feliz por ficar ao lado do CDS ladeado do CDS, que é sempre um gosto, uma vez que é um Partido fundador da democracia. Já não fiquei tão contente ficar lado a lado com o CHEGA, uma vez que o Partido CHEGA, é um Partido que nada tem a ver com o Movimento Ourém Vivo e Empreendedor, mais conhecido por MOVE. Mas, são contingências da vida e nós relevamos. -----

Depois também fazer uma saudação ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caxarias pelas excelentes condições que tem aqui e também pela forma calorosa com que nos recebeu. E agora, dizer-vos que o MOVE não vai concorrer às próximas eleições autárquicas porque foi um projeto que, como sabem, nasceu em 2012. Houve até alguém que o tivesse apelidado de Movimento de vão de escada, mas isso não significou que, ao longo destes anos, que decorreram desde a sua fundação, não tivesse nesta Assembleia e também na Câmara Municipal e nas próprias Juntas de Freguesia, desempenhado um papel importante na defesa da Democracia e dos valores. -----

Não vou ser tão radical quanto o colega Orlando dizendo que “há Partidos que morrem”. O MOVE não irá morrer, certamente. Será um conjunto de pessoas que estarão atentas, observadoras e que, de alguma forma, digamos que pela calada da noite, se é permitida a expressão, irá continuar a observar a ação política no concelho de Ourém e dando os seus contributos, paulatinamente, para que, quem sabe daqui por quatro anos, não possa renovar as suas candidaturas e apresentar-se novamente a eleições. -----

Não é, digamos assim, uma coisa que nasceu, que viveu e que morreu, é apenas um interregno que estamos dispostos a fazer. Até porque, como também já levo alguns anos de política, chega a uma certa altura que entendemos que nos devemos afastar, sobretudo, porque, neste momento, considero que o concelho de Ourém, apesar de todas as divergências que temos vindo a notar, sobretudo na primeira metade do mandato, o MOVE foi, de certa forma, crítico da Câmara Municipal, como não podia deixar de ser, em certos dossiês, digamos assim, mas, também temos que ser justos, de há algum tempo a esta parte, nós não podemos



deixar de concordar com algumas coisas que a própria Câmara Municipal vem fazendo, de que, de resto, este edifício onde estamos hoje, é um dos exemplos. -----

Portanto, o MOVE não tem qualquer problema em criticar quando tem de criticar, mas também elogia quando tem que elogiar, e quando o trabalho é bem feito. -----

Não vou ser audaz ao ponto de dizer “vamos todos votar no Luís e vamos dar-lhe a continuidade que ele merece”, mas desejo que o Luís, se me permite, senhor Presidente da Câmara, durante os próximos quatro anos, se for eleito, possa continuar a servir as populações como calculo que fará, se for eleito. -----

E, portanto, com isto termino, senhor Presidente, agradecendo a vossa atenção, e agradecendo também toda a disponibilidade que sempre manifestaram para com o MOVE. ----

E, portanto, é um enorme orgulho ter feito parte desta Assembleia Municipal. -----

Muito obrigado.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, expôs o seguinte: “Muito obrigado. -----

Quero dizer-lhe que a presidência da Mesa da Assembleia regista, quanto ao trabalho que o MOVE desempenhou durante todo este mandato e em particular, o senhor Deputado João Pereira, muito dignificou as nossas sessões. Deu um contributo muito positivo, muito valioso, que em tudo enobrece a missão que lhe foi confiada. -----

E, é um pouco por isto que, hoje, eu pedia a anuência de todos os membros desta Assembleia, possivelmente esta não será a última sessão, porque as eleições previsivelmente serão dia 12 de outubro, mas será certamente uma das últimas, possivelmente a penúltima sessão, haverá uma em setembro, mas pedia aqui hoje, com a anuência de Vossas Excelências, se pudesse entregar a todos os membros pertencentes a esta Assembleia Municipal uma menção honrosa, precisamente porque, não sabemos se vai haver continuidade ou não dos seus membros. -----

Mas, uma coisa sabemos, desde os senhores Presidentes de Junta de Freguesia a todos os elementos que compõem este plenário, todos eles, independentemente do Partido que representam, estiveram aqui dando o seu melhor, representando aquilo em que acreditam, dando o seu tempo, em prol daquilo que é a sua comunidade onde estão inseridos e, portanto,



a Mesa, se for essa a vossa anuência, fará no final desta sessão, a entrega a cada um de vós uma menção honrosa. -----

Precisamente, vem muito a jeito a intervenção que o nosso estimado conterrâneo, João Pereira, permita trata-lo assim, digno deputado desta Assembleia Municipal, acabou de fazer aqui. E, eu acho que o nosso Município também deveria prestar algum tipo de gratidão a Vossas Excelências por aquilo que foi a vossa entrega, a vossa dedicação, o vosso empenho, o tempo que dedicaram. E, hoje, é cada vez mais sintomática, mais significativa a coragem, porque, às vezes, é preciso coragem de sair do conforto de cada um e dar em prol da comunidade. -----

No final, em nome da Mesa da Assembleia, faremos essa essa breve nota.” -----

= **ÂNGELA MARIA GASPAR DA SILVA PEREIRA MARQUES**, Grupo Municipal PPD/PSD, apresentou a seguinte declaração: “Boa tarde, -----

Na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal cumprimento todos os presentes e a quem nos ouve pelos meios digitais. -----

Na passada semana decorreu em Ourém a entrega de **Prémios Gazela 2025** da região Centro, os quais são atribuídos a empresas pela Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional (CCDR). Os critérios estabelecidos para a atribuição deste galardão têm em conta fatores como: -----

- ✓ ter pelo menos meio milhão de euros de faturação; -----
- ✓ um crescimento do volume de negócios acima de 20% em todos os anos de 2021 a 2023; -----
- ✓ um mínimo de 10 trabalhadores e -----
- ✓ nascimento societário de 2015 a 2020. -----

Em toda a Região Centro foram identificadas 181 empresas que reuniram estes critérios. -----

Destacamos o facto desta entrega de prémios ser efetuada em Ourém. Tal deveu-se à circunstância de 14 empresas do nosso concelho terem reunido os critérios referidos, sendo assim reconhecidas como empresas Gazela. -----



Somente o Município de Leiria obteve mais empresas com estas características (23), tendo Coimbra ficado com o mesmo número de distinções de Ourém. Mesmo Aveiro que costuma encimar esta tabela, ficou abaixo de Ourém com 10 empresas. -----

Ao longo dos anos, as empresas de Ourém têm sabido ultrapassar dificuldades e mesmo superar expectativas como é o caso do prémio em referência. -----

Salientamos ainda que o dinamismo empresarial do concelho continua em grande destaque na região, com 127 empresas **PME Líder** no ano de 2024 (um selo de reputação criado pelo IAPMEI para distinguir o mérito das PME nacionais com desempenhos superiores) encimando a listagem do Distrito de Santarém na qual a sede de distrito ficou em 2º lugar com 61 empresas (uma diferença bem marcada para os resultados de Ourém). -----

Para além disso, Ourém teve 47 empresas distinguidas como **PME Excelência**, prémio esse atribuído a empresas selecionadas pelo IAPMEI e pelo Turismo de Portugal a partir do universo das **PME Líder**, num justo reconhecimento do seu mérito e do seu contributo para os resultados da economia. -----

É ainda de referenciar o esforço oque tem sido efetuado pela Câmara Municipal de Ourém, investindo na criação e melhoria das áreas empresariais do concelho, com destaque para a nova área de acolhimento empresarial de Freixianda e para os projetos de ampliação da área de acolhimento empresarial de Caxarias-Urqueira e Zona Industrial de Casal dos Frades. -----

O crescimento sustentado da economia do concelho é o motor de desenvolvimento do território em todas as vertentes. -----

Não queremos deixar de parabenizar todas as empresas premiadas pela sua dinâmica empresarial, reconhecendo a sua resiliência e perseverança para ultrapassar obstáculos, a sua forte capacidade de inovação e de criação de emprego, assim como a dinâmica empresarial que claramente estimula o desenvolvimento do nosso território concelhio. -----

O sucesso destas empresas é o estímulo para o sucesso de tudo o que as rodeia!" -----

= **CARLOS ALBERTO DE JESUS PEREIRA MARQUES**, representante do Grupo Municipal PPD/PSD, apresentou a seguinte declaração: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados, -----



Minhas Senhoras e Meus Senhores, -----

Agora que nos aproximamos do termo deste mandato autárquico e caminhamos a passos largos para o período de campanha eleitoral é tempo de efetuarmos um pequeno balanço deste exercício autárquico, liderado pelos autarcas eleitos da Coligação Ourém Sempre. -----

Pautados por princípios de seriedade, rigor, empenho e trabalho, este mandato fica indelevelmente marcado por um conjunto muito alargado de investimentos, espalhados por diversas áreas e setores, na sua componente material e imaterial. -----

Para que tudo seja realizado de modo justo e proporcional no nosso território, com alcances muitos significativos, reconhecemos a enorme preocupação e cuidado com a componente financeira da câmara municipal. Só desta forma foi possível realizar investimento em infraestruturas, cultura, desporto, educação, saúde, mobilidade, ambiente, empreendedorismo, turismo, transparência, em suma, investimento com o fim último a pensar no cidadão Ouriense. -----

Este compromisso com a boa gestão financeira, sobejamente reconhecido e demonstrado nesta Assembleia, aquando da análise aos relatórios de gestão e contas, permite ao executivo não só executar diversos projetos e tornar possível sonhos antigos em obra, mas igualmente atrair e promover outros investimentos de capital, nunca antes observados. -----

No que concerne às diversas infraestruturas públicas, regeneração urbana, requalificação viária e desenvolvimento das freguesias seria fastidioso enumerar todas obras realizadas, projetos executados ou apoiados em parceria com as freguesias nestes 4 anos. Deixamos apenas este número, em investimentos de capital, de 2021 a 2024, forma mais de 61 milhões de euros investidos, sem contabilizar os investimentos da Tejo Ambiente em saneamento básico. -----

Quem percorre e conhece o concelho de lés a lés, percebe o contributo e o alcance realizado com tantas intervenções, permitindo alterações muito positivas no nosso território, transformando-se visualmente e proporcionando novas funcionalidades em cada execução. Sem qualquer tipo de exagero, podemos afirmar que a ação do executivo municipal, neste domínio, ajudou a fortalecer os princípios da coesão territorial e social do concelho de Ourém. -----

Na área da Cultura destacamos a requalificação do TMO que nos permitiu elevar a qualidade e a quantidade de espetáculos. Ao longo destes quatro anos foram mais de 200, procurando alcançar os



mais diversos públicos e classes etárias, sob lema “uma casa de todos para todos”, com artistas de renome e craveira nacional, sem nunca esquecer os artistas locais. -----

Mas a cultura vai muito para além do TMO, com a requalificação do castelo e da Vila Medieval, foi possível a retoma do festival de setembro e da via sacra ao vivo. Atividades já emblemáticas do Concelho e de grande projeção regional. O alcance do Município de Ourém do estatuto de fundador da Fundação Serralves é outro marco a relevar, mas também o reforço da agenda cultural, cada vez mais descentralizada nos seus eventos e iniciativas, que devemos destacar nesta componente, pois trouxeram grande versatilidade e dinamismo, permitindo aproximar a cultura das pessoas. -----

No Desporto, destacamos o investimento realizado nas várias instalações desportivas do concelho, por meio direto ou indireto em apoios vertidos em protocolos às associações locais. -----

Não podemos deixar de destacar o elevado esforço na captação de eventos desportivos de escala internacional e nacional realizados no nosso concelho, com particular destaque o sucesso que foi a aposta no ciclismo, com o final de uma etapa da “Vuelta”, a chegada de uma etapa da volta a Portugal ou o campeonato nacional de ciclismo deste fim de semana, mas igualmente a aposta no Rallye Terras de Auren, tudo iniciativas que ajudam a promover Ourém. -----

Além disso, foram dinamizadas um alargado conjunto de atividades descentralizadas nas freguesias, como o projeto de Atividade Física Sénior, que ajudaram a galardoar o Município com o selo de “Amigo do Desporto”. -----

Na Educação, pilar primordial de desenvolvimento e sustentabilidade, procurámos garantir as melhores condições educativas, de forma transversal, a todo o concelho. Requalificamos a EB23 de Caxarias, construímos os centros escolares de Caxarias e Atouguia e melhoramos praticamente todos os estabelecimentos de ensino. Mantivemos a equipa CLPSE, com técnicos habilitados para dar apoio nas escolas. -----

Na área Social, apoiamos as IPSS, na aquisição de carrinhas, na construção ou reconstrução de creches e ERPI. -----

Assumimos a transferência de competências, nesta área, de forma muito efetiva, que nos permitiu um reforço do capital humano e prestar um apoio muito mais efetivo a quem dele necessita. -----

Damos particular nota e destaque ao conjunto de ações no domínio da saúde, através da construção de novo edifício da Unidade de Cuidados de Saúde de Caxarias, a requalificação da Unidade de Saúde de



Rio de Couros e aos investimentos de vulto no Centro de Saúde de Fátima já em curso e em breve no Centro de Saúde de Ourém. -----

A resiliência do executivo também deu frutos com a adoção de medidas para apoio à fixação de médicos e, sobretudo, com a implementação do projeto Bata Branca que permitiu trazer médicos para trabalhar nas várias extensões de saúde no concelho, minimizando os impactos existentes com a falta de profissionais, recorde-se, a expensas do orçamento municipal com a comparticipação de valor/hora, que em rigor seria uma competência do estado central. -----

Na mobilidade evidencia-se o lançamento do TUFO, a disponibilização das bicicletas para uso partilhado, a construção de ciclovias e a intenção de aquisição de mais autocarros elétricos para reforçar os circuitos existentes. -----

No ambiente, fator determinante nos dias de hoje, destacamos o alargamento da rede de saneamento através da Tejo Ambiente, com recurso a fundos comunitários e a aposta verificada em continuar a executar mais projetos de ampliação das redes existentes aproveitando as oportunidades de financiamento externo. Neste âmbito, uma referência aos vários selos que premeiam o Município como amigo Eco Município, a Bandeira Azul, Ouro e Praia acessível, méritos que não podem nem devem deixar de ser mencionados. -----

No empreendedorismo, reconhecemos o princípio norteador que sem empresas não há economia e sem economia não existe emprego nem desenvolvimento. Daí justificar-se dar importância à dinamização da start-up em parceria com a Nersant, o apoio direto às empresas através de gabinete afeto para o acompanhamento, a construção Zona Industrial da Freixianda, com a disponibilização de 19 lotes até aqui inexistente e sempre prometido em campanhas eleitorais, as boas notícias para a ampliação da Zona Industrial da Chã em Caxarias/Urqueira que em breve será uma realidade e as diligências efetuadas na aquisição de terrenos para a ampliação da zona industrial de Casal dos Frades. -----

No Turismo, ao contrário do que afirmou a oposição no final do mandato anterior, não destruimos a marca Fátima, demos-lhe sim mais relevo, assente numa estratégia e num projeto estruturado, como é exemplo a associação Shriners of Europe, e que se reflete nos números de estadias e visitantes dos últimos anos. Com a marca “Ourém Quer-te Bem” e a sua projeção em feiras e mercados, como a BTL, contribuimos para esta estratégia global, que não assenta em viagens avulso. -----



Também do ponto de vista interno dos serviços municipais, definiu-se uma estratégia de organização próxima e célere, aspeto reconhecido em virtude do processo de desmaterialização efetuado. -----

Não nos podemos esquecer, também, da forma digna e respeitosa com que recebemos sua Santidade o **Papa Francisco**, aquando das Jornadas Mundiais da Juventude, sem qualquer apoio por parte do Estado Central. -----

Meus senhores e minhas senhoras, sabemos que ainda existe muito por fazer, nas mais diversas áreas, mas o caminho faz-se caminhado, e acreditamos que a equipa camarária deu mais que provas que é a equipa certa no lugar certo. -----

Em nome da bancada do PSD, o nosso obrigado ao sr. presidente e a toda a equipa pelo empenho, dedicação e excelente trabalho desenvolvido ao longos destes anos.” -----

----- 02 - ORDEM DO DIA -----

02.01 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL questionou sobre eventuais pedidos de intervenção por parte do público, não se tendo registado qualquer pedido de intervenção. -----

02.02 – ATIVIDADE MUNICIPAL – APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL apresentou uma informação acerca da atividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a seguir se reproduz: “Excelentíssimos, -----
 Senhor Presidente da Assembleia Municipal e digníssima Mesa, -----
 Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----
 Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores da Câmara Municipal, -----



Senhoras e Senhores Jornalistas e demais profissionais da Comunicação Social, -----
Senhoras e Senhores, presentes nesta sala, ou que nos acompanham através da transmissão
online ou pela antena da rádio ABC Portugal -----

Estimados ourenses, -----

Dou início a esta minha intervenção, abordando a última edição da FeirOurém e o tremendo
impacto deste grande evento, que representa uma oportunidade única de promover e valorizar
o nosso território, dando a conhecer a riqueza e diversidade que o nosso Concelho tem para
oferecer, nos mais diversos quadrantes. -----

A FeirOurém voltou a ser um espaço privilegiado para a divulgação do nosso setor empresarial,
do artesanato local, das associações e das instituições que atuam no nosso território, bem
como da nossa gastronomia e das nossas tradições. Foi também mais um belo momento de
celebração do talento e da criatividade dos nossos artesãos, dos nossos produtores e dos
nossos agentes culturais. -----

Uma vez mais, pudemos apreciar uma grande e vasta exposição de produtos endógenos, e ter
ainda maior noção das potencialidades do nosso Concelho e de toda a nossa região. -----

O cartaz cultural foi rico e variado, à semelhança das edições anteriores, refletindo a
diversidade de expressões artísticas e culturais que fazem parte da nossa identidade.
Concertos, espetáculos, oficinas e atividades para todas as idades, também ajudaram a
compor a agenda e a tornar estes dias ainda mais especiais. -----

A somar a tudo isto, como se fosse pouco, a FeirOurém apresenta-se, também, como uma
plataforma ideal para estreitar relações entre comunidades. Falo especialmente das cidades e
dos municípios internacionais, com os quais mantemos acordos de gemação. Este
intercâmbio cultural fortalece os nossos laços internacionais, promove o entendimento mútuo e
abre novas oportunidades de cooperação e desenvolvimento para o nosso Concelho. -----

Gostaria também de destacar a importância do espaço “Ourém Quer-te Bem”. Além de um
espaço físico, esta iniciativa resulta, sobretudo, de um conceito e de uma estratégia que reforça
a riqueza inquestionável do nosso património e do nosso Concelho. -----



Destaco também a Tenda Anima, onde foram dinamizadas um vasto leque de iniciativas e que juntou públicos de todas as idades e proporcionou muita animação, captando público para o interior do centro de exposições. -----

E na mesma medida, permitam-me que também destaque a realização do 1.º Torneio Internacional Jovens Pela Paz, uma iniciativa do Município de Ourém, que trouxe até nós dezenas de crianças oriundas de sete países, em representação de sete associações desportivas internacionais. -----

Por todas estas razões, acredito que é de elementar justiça considerar que a FeirOurém já é muito mais do que o evento. A FeirOurém tornou-se na celebração da nossa identidade, das nossas potencialidades e do nosso futuro. -----

Aproveito esta oportunidade para agradecer aos milhares de visitantes que registámos este ano, sendo este agradecimento extensível a todos os colaboradores que contribuíram para o sucesso de mais uma edição da nossa FeirOurém. Contamos com o apoio de todos para continuar a fazer deste evento um grande sucesso, promovendo o que de melhor temos para oferecer ao Mundo. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

Agora que nos encaminhamos para o final deste Ano Letivo, gostaria de expressar, em nome do Município de Ourém, o nosso profundo agradecimento a todos os diretores, professores, assistentes técnicos e demais colaboradores, pelo enorme empenho demonstrado ao longo de 2024/25. -----

Este foi mais um Ano Letivo repleto de desafios. Desafios esses que todos nós conseguimos ultrapassar graças à dedicação e ao trabalho árduo de todos os profissionais envolvidos nesta grande operação. -----

Permitam-me, caros deputados, que me dirija particularmente a cada uma destas pessoas, cujo contributo se revela, ano após ano, absolutamente fundamental na formação e no desenvolvimento dos nossos estudantes, contribuindo para que o nosso sistema de educação possa continuar a evoluir e a oferecer as melhores condições possíveis. -----



Reconhecemos o empenho de cada profissional que, com compromisso e paixão, se dedicou diariamente à missão de educar, orientar e apoiar as nossas crianças e os nossos jovens. O sucesso deste ciclo letivo, é resultado do esforço conjunto e da colaboração entre todos. -----

Agradeço, também, a todas as famílias que confiam nas nossas escolas, e que também se envolveram e apoiaram o trabalho realizado ao longo do ano. Juntos, conseguimos criar um ambiente propício à aprendizagem, ao desenvolvimento e ao bem-estar dos nossos estudantes. -----

Ao pessoal docente e ao pessoal não-docente, desejo um bom e merecido período de descanso, na certeza de que, juntos, estaremos preparados para retomar este trabalho articulado, no próximo ano letivo, com entusiasmo renovado e a esperança de continuar a construir uma escola cada vez melhor para todos. -----

Muito obrigado a todos pelo esforço, pelo comprometimento e pela dedicação. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

Ainda a propósito do final deste Ano Letivo, impõe-se que aqui apresente alguns dados relacionados com a intervenção do Município de Ourém ao longo deste período, nomeadamente no contexto da Ação Social, das Refeições Escolares e dos Transportes. -----

O Concelho de Ourém alberga 30 estabelecimentos escolares, integrados em três agrupamentos. Temos três colégios com contrato de associação e quatro IPSS dependentes da ação do Estado. Recordo que também existe um externato e um centro infantil, ambos independentes do Estado, tal como também o são as duas escolas profissionais, dois conservatórios de música e uma academia de dança. -----

Daqui resulta um total de 7443 alunos no total de todos os estabelecimentos, sendo que este número representa um aumento em relação ao ano letivo anterior, no qual estavam matriculados 7172. A título de curiosidade, mas também porque é bem expressivo da procura pelo Concelho de Ourém, informo que temos nas nossas escolas, pelo menos, 1377 alunos estrangeiros, com origem em 51 países distintos. -----

No contexto dos apoios associados à Ação Social Escolar, importa dizer que estavam registados 679 alunos enquanto beneficiários de Escalão A e 829 de Escalão B. Quanto a



refeições escolares, os dados indicam que foram fornecidas 593 496 refeições ao longo deste Ano Letivo. -----

Sobre o Transporte Escolar, importa sublinhar que o mesmo foi assegurado a cerca de 3151 alunos, no percurso casa – escola, e a 141 alunos, para o local de refeições. Estamos a falar de crianças e jovens detentores de passes escolares comparticipados a 100 por cento, ao abrigo das medidas aprovadas no âmbito do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transportes de Passageiros do Médio Tejo, através da implementação do passe Meio Jovem. - A título de curiosidade, mas porque também considero importante, recorro que, aplicando a lógica de cada aluno realiza duas viagens por dia, ou seja, a ida e a volta, passamos a falar no transporte de 6584 passageiros por dia -----

As despesas registadas, relativas a custos diretos com transportes escolares, atingiu o valor de cerca de 611 mil euros. -----

Para além destes valores, importa também referir o montante de 267 mil euros, associado ao vencimento das 16 colaboradoras municipais, que acompanham diariamente os transportes dos alunos do Ensino Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

Transporto agora esta minha intervenção para outra das nossas grandes prioridades. Falo da Saúde e do estado da Saúde no Concelho de Ourém. -----

Hoje, à semelhança do que infelizmente vem acontecendo ao longo dos últimos anos, lamento, perante esta digníssima Assembleia, que o problema da escassez de profissionais de saúde continue a ser um problema para tantas famílias ourenses. -----

Apesar dos avanços que conseguimos alcançar, graças à ação do Município, continuamos a debater-nos com problemas significativos para os quais estamos obrigados a arranjar soluções, mesmo sabendo nós que é ao poder central que cabe a resolução efetiva deste flagelo. -----

O principal problema continua a ser a falta de médicos de família. Atualmente, temos registo de 17.679 utentes sem Médico de Família. Resulta daqui uma conclusão simples, mas preocupante: uma percentagem muito considerável da nossa população não tem acesso a cuidados primários de saúde de forma adequada e contínua. Essa realidade evidencia a necessidade de reforçar os nossos esforços nesta área. -----



É neste sentido que temos trabalhado com empenho e afinco. Foi neste contexto que aderimos ao projeto 'Bata Branca', através do qual temos conseguido mitigar o problema, com o Município de Ourém a compartilhar a contratualização de horas de atendimento médico nos nossos centros de saúde. -----

Atualmente temos 10 médicos destacados nos centros de saúde do Concelho, ao abrigo do projeto 'Bata Branca'. Recentemente recebemos uma boa notícia: no âmbito do concurso nacional, foram colocados três médicos no nosso Concelho, sendo que um deles já se encontrava a trabalhar por cá. -----

Apesar deste aumento de profissionais de saúde no ativo, é evidente que ainda precisamos de mais médicos e mais enfermeiros. -----

Outra lacuna que considero de extrema importância e que importa resolver, é a existência de um Serviço de Atendimento Permanente em Ourém. Dada a dimensão do nosso Concelho e o número de habitantes aqui residentes, é uma necessidade premente e justa que este tipo de serviço possa voltar a estar disponível na sede do Município. -----

Um SAP bem estruturado proporcionaria uma resposta rápida e eficaz às urgências, reduzindo deslocações e garantindo que nossa população tenha acesso a cuidados de saúde de forma contínua e eficaz, independentemente do horário ou do grau de emergência. -----

Por tudo isso, reafirmo o compromisso do Executivo Municipal em continuar a trabalhar para melhorar as condições de acesso aos cuidados básicos de saúde. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

Considero igualmente importante aproveitar esta minha intervenção para abordar o futuro deste nosso Concelho, com base nas diversas ações que estamos a desenvolver rumo ao desenvolvimento do território. -----

O nosso compromisso é claro: fortalecer Ourém e todo o seu Concelho, através de obras que atendam às necessidades atuais e preparem o território para as exigências do futuro. -----

Atualmente, temos em curso projetos que abrangem diversas áreas essenciais, desde infraestrutura até educação, saúde e mobilidade urbana. Todas estas intervenções visam melhorar a qualidade de vida das nossas famílias, criar oportunidades de emprego e promover o desenvolvimento sustentável do nosso Concelho. -----



Dito isto, permitam-me que apresente algumas das empreitadas que já estão em curso: -----

- A requalificação da Rua de Castela, em Ourém; -----
- A requalificação do troço da Estrada Nacional 113, mais precisamente na entrada nascente de Ourém; -----
- A requalificação da Avenida Irmã Lúcia de Jesus, em Fátima; -----
- A 2.ª fase da requalificação da Estrada de Minde; -----
- A requalificação do edifício da Antiga Escola da Lomba D' Égua; -----
- A requalificação do troço da Estrada Nacional 356, mais precisamente em Rio de Couros, uma empreitada que também prevê o alargamento da ponte; -----
- A construção de passeios em Matas; -----
- A requalificação e ampliação do Centro de Saúde de Fátima. -----

Paralelamente, estamos a trabalhar em várias iniciativas que estão ainda em fase de adjudicação, mas que também vão contribuir para resolver problemas e garantir um futuro mais próspero. -----

São disto exemplo: -----

- A requalificação e ampliação do Centro de Saúde de Ourém; -----
- A construção da Loja do Cidadão de Ourém, a partir da reconversão do edifício que albergava o mercado municipal e a rodoviária de Ourém; -----
- A requalificação da Rua Júlio Constantino, em Fátima. -----

Todos estes projetos são pensados com responsabilidade. E são também pautados por um grande sentido de inovação e respeito pelo meio ambiente, procurando sempre o equilíbrio entre o crescimento económico e a preservação do nosso património natural e cultural. -----

Estou convicto de que todas estas obras e projetos estão em linha com esta nossa estratégia de transformação do Concelho de Ourém, através da qual acredito plenamente de que temos conseguido tornar o nosso território mais acessível, mais seguro e melhor preparado para os desafios do futuro. -----

Fazem parte da ordem de trabalhos desta sessão da Assembleia Municipal de Ourém, a autorização para diversos procedimentos concursais, nomeadamente: -----

- a expansão do Parque Ribeirinho Dr. António Teixeira – Fase I; -----



- a Área de Acolhimento Empresarial de Caxarias – Urqueira; -----
 - a aquisição de 2 veículos pesados de passageiros, tipo urbano, 100% elétricos – Lote 1 e Lote 2; -----
 - as medidas de eficiência energética no edifício dos Paços do Concelho de Ourém; -----
 - a reabilitação da EB 2,3 IV Conde de Ourém; -----
 - a construção de redes de drenagem de águas residuais – lugares de Calços e Matos, Freguesia de N.ª Sr.ª da Piedade – Ourém -----
 - o projeto para a construção de dois campos de futebol sintético, bancada e balneários no Complexo Desportivo de Fátima -----
- que irão de seguida para procedimento concursal e que refletem o nosso compromisso de continuar a melhorar a vida de todos. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

Termino esta minha intervenção, propondo um momento de reflexão sobre um tema de extrema importância. Vamos entrar na chamada Época Oficial de Incêndios, um período crítico ao longo do qual se impõe o reforço da sensibilização das populações para os riscos que esta estação representa, bem como para as práticas de prevenção que todos devemos adotar. -----

Todos sabemos que o verão e os meses de maior calor aportam um aumento significativo do risco de incêndios florestais e urbanos. As condições climáticas, aliadas à negligência e ao uso inadequado do fogo, podem transformar uma simples chama numa tragédia que ameaça vidas, bens e o nosso património natural. -----

É fundamental que cada um de nós esteja consciente da sua responsabilidade na prevenção. Devemos evitar queimas descontroladas, descartar pontas de cigarro de forma irresponsável, e respeitar as zonas de proteção, especialmente durante os períodos de maior risco. -----

Além de tudo isto, é também imprescindível que as nossas comunidades estejam informadas sobre as ações corretas a tomar em caso de incêndio, para que saibam como colaborar com as corporações de bombeiros e com as autoridades de proteção civil. -----

A sensibilização é a nossa melhor arma contra o fogo: através de campanhas educativas, ações de divulgação e de uma fiscalização reforçada, podemos minimizar os riscos e proteger o nosso território, a nossa natureza e as nossas vidas. -----



Conto com o compromisso de todos para que, juntos, possamos enfrentar esta época com responsabilidade, vigilância e solidariedade. Só assim conseguiremos reduzir significativamente o impacto dos incêndios e garantir um verão mais seguro para todos nós. ----
Obrigado!” -----

----- Foram ainda remetidos os anexos, abaixo referidos, tendo os mesmos sido dados a conhecer a todos os membros constituintes do plenário -----

- Listagem de participações e reuniões de maior relevo -----
- Relatórios das diversas estruturas -----

Anexo	Nova Estrutura	Nomenclatura
Anexo A	Divisão de Gestão Financeira	DGF
Anexo A.i)	Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento	SCPA
Anexo B	Divisão de Recursos Humanos e Informática	DRHI
Anexo C	Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos	DOMSU
Anexo D	Divisão de Urbanismo e Território	DUT
Anexo D.i)	Serviço de Apoio Urbanístico	SAU
Anexo E	Divisão de Ação Cultural	DAC
Anexo F	Divisão de Educação	DE
Anexo G	Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente	DAFCE
Anexo H	Divisão de Empreendedorismo e Turismo	DET
Anexo I	Divisão de Ambiente e Sustentabilidade	DAS
Anexo J	Divisão de Projetos Técnicos	DPT
Anexo K	Gabinete Técnico Florestal	GTF
Anexo L	Serviço de Planeamento do Território	SPT
Anexo M	Serviço de Atividades Municipais	SAM
Anexo N	Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude	SADJ
Anexo O	Serviço de Ação Social e Saúde	SASS
Anexo P	Gabinete de Comunicação e Imagem	GIC
Anexo Q	Divisão de Proteção Civil	DPC
Anexo R	Serviço de Fiscalização e Contencioso	SFC
Anexo S	Equipa Multidisciplinar – Habitação, Modernização Administrativa, Transportes e Trânsito	EMHMATT



----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

= **CARLOS FERREIRA NEVES**, Junta de Freguesia de Fátima, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos. -----

Gostaria de questionar o senhor Presidente se sabe quando é que está previsto dar início ao asfaltamento na Freguesia de Fátima. -----

Acho que foi celebrado, há pouco tempo, um protocolo, mas era para termos uma noção se ainda será este ano que dará início a essas obras. -----

Obrigado.” -----

= **FILIFE REMI CALLEBAUT MENDES**, Grupo Municipal PS, expôs o seguinte: “Gostava de perguntar ao senhor Presidente se nos conseguia dar uma perspetiva de quanto dinheiro é que foi gasto no cartaz, que nos foi apresentado na FeirOurém, para termos uma ideia dos valores despendidos na Feira. -----

Obrigado.” -----

= **LUÍS ALEXANDRE SERRAS DE SOUSA**, Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, expôs o seguinte: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimento também a Mesa, -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores, -----

Caros colegas, -----

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente e aos projetos e investimentos que elencou, e dado que na ordem de trabalhos, também vem aqui um ponto relativamente a uma parte de saneamento na zona dos Calços e dos Matos, e um dos grandes problemas da nossa Freguesia continua a ser o saneamento no Alqueidão, e um dos grandes pontos de abastecimento de água do concelho, gostava de saber se há alguma novidade sobre esse projeto. -----

Obrigado. -----

= **MANUEL LOURENÇO DIAS**, Grupo Municipal PPD/PSD, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos. -----



Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia gostaria de cumprimentar todos os presentes, assim como todos aqueles que nos acompanham em sua casa. -----

Gostaria de fazer esta intervenção porque, para mim, talvez seja a última Assembleia Municipal. Eu, como muita gente sabe, fui presidente de Junta 20 anos e, durante esses 20 anos, tive a oportunidade de ser, talvez, uma das pessoas com mais presenças na Assembleia Municipal. Estes últimos quatro anos, não fui eleito diretamente, mas na qualidade de suplente, tenho vindo muitas vezes, mas não posso garantir que na próxima assembleia, com certeza vai haver uma assembleia antes das eleições, possa estar presente. Assim, aproveito para dizer algumas coisas. -----

Em primeiro lugar, felicitar a Assembleia pela escolha deste local. Para mim, é a segunda Assembleia Municipal em Caxarias, a primeira foi no Agrupamento de Escolas, porque não havia condições. Agora, sim, temos condições. Portanto, sinto-me muito orgulhoso de poder estar aqui em Caxarias pela segunda vez, na qualidade de membro da Assembleia Municipal. -- Depois, queria felicitar o Executivo pela quantidade de obras que constantemente anunciam e estão em curso. Já hoje estive presente em muitas delas. Com isto, dizer que rejuvenesci e voltei a trabalhar. A minha situação profissional permite-me andar aí pelo concelho. Por exemplo, já hoje estive na Avenida Irmã Lúcia. Já hoje vi a estrada que vai para Seiça; já estive na Freguesia de Matas; já passei em Rio de Couros, já estive na Travessa do Castelo e na Rua do Castelo. Portanto, tudo aquilo que anuncia são coisas que se podem ver e eu, felizmente, tenho a oportunidade de as ver. -----

Também, felicitar a Junta de Freguesia por este espaço. Sei que a Junta de Freguesia, sem o apoio da Câmara Municipal, não conseguiria, mas a junção de esforços das duas partes, permitiu que possamos estar aqui e que outras pessoas possam também usufruir destas condições magníficas. -----

Depois, e continuando esta intervenção, gostaria de felicitar, uma vez mais, a Câmara Municipal, não apenas pelas obras que elencou, mas pelo apoio que tem dado aos presidentes de Junta de Freguesia. Há aqui um presidente de Junta, pelo menos o de Nossa Senhora das Misericórdias que pode comparar alguns mandatos que diz que esteve sem apoio nenhum e aquilo que agora lhe tem acontecido. -----



Certamente, nem todos os presidentes de Junta estarão contentes. Eles não nasceram para estar contentes com aquilo que lhes dão. Eles querem sempre mais e é bom que mantenham essa perspetiva. E é bom que a Câmara, na medida do possível, continue a apoiar. -----

Quero ainda dizer que faço esta minha intervenção, não para substituir o presidente da Junta, mas porque estou muito ligado a Caxarias sentimentalmente. Há muito tempo, durante os 20 anos como presidente de Junta de Freguesia de Rio de Couros, tive que trabalhar constantemente com o Agrupamento. Lembro até que, num determinado momento, para a aprovação de uma Carta Escola, tive que discordar com aquilo que o Executivo camarário nos propunha, naquela altura. Foi assim uma luta que me deixa saudades e que teve um resultado bastante satisfatório. -----

Continuo a ter uma excelente relação com o Agrupamento de Caxarias. Também já fiz parte dos Bombeiros, dos seus órgãos sociais. Tenho um filho a viver em Caxarias. Gosto muito de Caxarias, costumo até a dizer que Caxarias, neste momento, talvez seja a melhor Freguesia para viver, assim como as outras também são, porque têm realmente todas as infraestruturas necessárias. Caxarias tem uma localização geográfica excelente, tem muita água. Acho que Caxarias tem um potencial de crescimento enorme e, com certeza, o futuro presidente da Câmara Municipal, aqui presente, vai continuar a acompanhar. -----

Tem elencado aqui várias obras e este edifício é um exemplo, mas não vi grande publicidade, de uma obra que penso ser importante para Caxarias, que vai permitir uma nova centralidade, um trânsito diferente e alguns estacionamento. Tem a ver com uma casa que a Câmara Municipal, a pedido, penso eu, da Junta de Freguesia, comprou e que fica em frente às antigas instalações da Junta e que vai permitir criar aí uma nova centralidade. Essa é uma obra, com certeza, muito importante para Caxarias, assim como algumas outras obras mais estruturantes.

Queria ainda falar de algumas obras, mais simples, mas também importantes para Caxarias e que precisam ser feitas, ser acabadas. Falo de uma “piscina” na Estrada 356, quem vem de Ourém, antes de chegar à igreja, que só funciona no inverno (com as chuvas), tem que se acabar com ela. Uma outra questão, era acabar com o espetáculo dos caixotes de lixo cheios durante o fim de semana. A última intervenção, em Caxarias, de recolha de RSU é à quinta feira e isso tem que ser mudado, para mudar a imagem de Caxarias. -----



Depois, o futuro presidente da Junta de Caxarias, aqui presente também, e o senhor presidente da Câmara, com certeza, terão obras estruturantes para fazer. -----

Se calhar vamos ter que ter mais atenção às indústrias e às zonas residenciais. Faz falta um plano urbano para Caxarias. -----

E, portanto, continuem a trabalhar. Todo de bom que fizerem em Caxarias também vai ser bom para Rio de Couros, para Casal dos Bernardos, para Seiça, para Urqueira e, para todo o concelho. É continuar a trabalhar. -----

Obrigado a todos e boa continuação.” -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, Presidente de Junta de Freguesia de Urqueira, expôs o seguinte: “Mais uma vez boa tarde. -----

Queria deixar duas notas -----

A primeira diz respeito ao saneamento básico. A empresa responsável pela obra já começou a instalação do estaleiro e, portanto, estamos a aguardar que inicie a obra. Sobre isto, quero agradecer ao senhor Presidente e à própria Câmara pelo empenho que tiveram nesta obra ou, nesta fase, porque é uma obra muito importante para a minha terra. -----

A segunda nota que queria aqui deixar diz respeito também a Urqueira. Foi também aprovado um concurso e já há um vencedor para a requalificação de algumas ruas da Freguesia de Urqueira. Gostaria de perguntar quando é que se iniciam as obras na rede viária. -----
Obrigado.” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, Representante do Grupo Municipal PS, expôs o seguinte: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, -----

Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, -----

Caros colegas -----

Comunicação Social, Público -----

Deixem-me primeiro dar nota e ênfase à preocupação que o meu colega Orlando Cavaco tem com o futuro do PS. Às vezes penso que nem dorme a pensar nisso. -----

E deixe-me adaptar aqui uma frase de Mark Twain. As notícias sobre a morte do PS são manifestamente exageradas. Portanto, venho aqui acalmá-lo um pouco e deixá-lo mais tranquilo. -----



Segunda questão, disse no seu discurso, que tivemos o ano passado a maior carga fiscal de sempre. Se calhar é melhor atualizar este discurso. A maior carga fiscal foi em 2024, obviamente. Eu já ouvi este discurso no ano passado. -----

Duas questões para o senhor presidente de Câmara. Saíram notícias sobre a cobrança de impostos nos concelhos, de impostos diretos, receitas municipais. E, isto é que, de facto, uma carga fiscal supostamente, absolutamente única. A diferença de cobrança de impostos diretos nos municípios, relativamente a receitas próprias, estamos a falar entre 2020 e 2024, que foram os anos em análise, o Município recebeu mais de 20% em 2024 do que recebeu em 2020. Estamos a falar de uma cobrança de mais 5 milhões €, 20%, portanto. Isto sim, é um aumento de carga fiscal. -----

Queria perguntar ao senhor Presidente de Câmara se pensa, caso seja reeleito, tomar em consideração as propostas que o PS fez de reduzir para o mínimo o IMI e, não sendo um número que foi englobado neste aumento de impostos, mas garantidamente irá fazer dele maior ainda, devolver parte do IRS que é atribuído, que os que os munícipes de Ourém pagam e que depois é devolvido ao município. -----

Sei que poderá sempre argumentar que podia cobrar muito mais, mas com mais 20% e com mais 5 milhões €. Este discurso do podíamos cobrar mais de 2 milhões ou três, parece-me um pouco desfasado. -----

A outra questão é uma sugestão. Claro que somos favoráveis aos eventos que acontecem e vão acontecer no nosso concelho. Decorreu este fim de semana o Campeonato Nacional de Ciclismo. Foi uma opção que o Município fez e que concordamos, se bem que achamos que é menos visível do que as anteriores, a da Volta a Portugal e do que a Volta a Espanha, porque esta garantidamente, o que lhe peço, em futuras iniciativas semelhantes e que tenham impacto na vida das pessoas, ou seja, a divulgação foi quase inexistente. Houve pessoas que ficaram presas em casa sem poderem sair. Não é a divulgação no site do Município que leva as pessoas a saberem isso. Ou seja, isto devia ter sido quase um porta a porta, com as pessoas. Houve pessoas que ficaram em casa, sem poderem ir trabalhar porque não puderam sair de casa. Houve instituições de carácter social que tiveram problemas com os funcionários, não puderam chegar porque houve um corte excessivo, houve corte de estradas quase o dia inteiro, e as alternativas não eram boas, não eram fáceis. Quem estava a acompanhar isso era a GNR,



e muitos não eram de cá e portanto, tinham dificuldades em dizer às pessoas por onde é que poderiam ir. Portanto, nada contra a iniciativa, era só pedir mais cuidado numa próxima semelhante, na divulgação e em arranjar alternativas.” -----

= **CARLOS ALBERTO DE JESUS PEREIRA MARQUES**, representante do Grupo Municipal PPD/PSD, expôs o seguinte: “Gostaria de colocar uma questão ao senhor Presidente da Câmara. -----

Existe um lugar que é o Casal da Fonte, em Formigais que pertence à União das Freguesias. Tem cinco ou seis habitantes, é verdade. Tem água, tem luz, mas tem uma estrada em péssimas condições. Fala-se, há mais de 20 anos, pela requalificação da estrada e acho que as pessoas que moram lá também têm o mesmo direito. Tem que haver alguma equidade nesse sentido. -----

Eu queria questionar o senhor Presidente se há alguma coisa já pensada, pelo menos para sossegar aquela gente. -----

Obrigado.” -----

= **NELSON NUNO DUARTE ANTUNES**, Presidente Junta de Freguesia de Caxarias, expôs o seguinte: “Boa tarde novamente. -----

Queria colocar uma questão ao senhor Presidente de Câmara acerca do aumento ou a extensão da zona industrial de Caxarias e Urqueira. Quais são os timings previstos. Se a obra já está prevista começar dentro de pouco tempo. -----

Gostaria que nos desse alguns detalhes, dentro dos possíveis, acerca desta obra que é importante para a nossa Freguesia e para a Freguesia de Urqueira. -----

Obrigado.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: ----

“- Senhor Representante da Junta de Freguesia de Fátima, Carlos Neves. Fala aqui na questão dos asfaltamentos que estão previstos para Fátima. Efetivamente, eles estão previstos. Nós lançámos um concurso de cerca de 600.000 € para asfaltar algumas vias de Fátima, a principal, a mais conhecida, digamos assim, a rua do Rosário, que está efetivamente em muito mau estado. Mas também iremos ter o asfaltamento da rua do Mercado e uma outra, não sei agora o nome, uma que vai da Avenida Beato Nuno para a rua que agora não me lembro o



nome. Os procedimentos estão a decorrer, sabemos quem irá fazer a obra, já está em fase de adjudicação. Penso que lá para agosto, setembro o mais tardar, iremos ter possibilidade de iniciar a obra. -----

- Senhor Deputado Filipe Mendes falou-me aqui nos custos do cartaz da FeirOurém. Eu não tenho aqui números, mas eu penso que o cartaz, penso que se referia só aos espetáculos, deve ter custado entre os 130 e os 140.000 €. Não lhe posso dizer exatamente os valores, porque não os tenho aqui porque eles foram contratados em pacote, digamos assim. Mas há de ser à volta desse valor. -----

- Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade. Fala-me na questão do saneamento do Alqueidão. Efetivamente, no âmbito da nossa ITI Fundos Comunitários, que nós deixámos cerca de 3 milhões € para saneamento no PT2030, e temos procurado o mais rápido possível executar aquilo que reservámos para esta tipologia. -----

Como o senhor Presidente de Junta de Urqueira aqui falou, a questão do saneamento básico. Essa é uma das situações que está prevista na ITI, cerca de 1.800.000 € para Urqueira. -----

E, para Nossa Senhora da Piedade, também está previsto um investimento de cerca de 1.700.000 €, que está, neste momento, em concurso. Portanto, Urqueira está para iniciar a obra e aqui Nossa Senhora da Piedade está, neste momento, em concurso que irá levar o saneamento a zonas periféricas da cidade, mas que nos parecem fundamentais, até porque é ali que existem muitas captações de água, nomeadamente no Alqueidão, Gravia, Casais da Caridade, Estrada da Mata, Casal do Gago. Toda aquela zona irá ter saneamento. Estamos a falar de 573 novos ramais, cerca de 8km de novas redes que iremos ali construir. Como disse, neste momento, está em procedimento concursal, pensamos que ainda este ano haverá condições para podermos iniciar esta obra. -----

Dizer também que as três obras que nós temos neste momento em curso ou em fase de concurso, integrados na ITI, é esta que acabei de falar no Alqueidão e aquela de Urqueira. E é também um emissário que passará por baixo da zona industrial, que irá ligar a Abadia e irá possibilitar que todas aquelas pessoas que ali têm casas, que têm já saneamento em espera, se calhar há 20 anos, possam finalmente ligar depois às redes de saneamento. Estamos a falar de cerca de 1.200.000 €. -----



Perguntam-me assim, mas o Presidente disse que era 3 milhões €, e já aqui falei em 1.800.000 €, mais 1.800.000 €, mais 1.300.000 €. Portanto, falamos em 4.800.000 €. É bom dizer que estas intervenções preveem o asfaltamento total das vias, depois de intervencionadas, e que o pagamento do asfaltamento total da via é da responsabilidade da Câmara Municipal e, portanto, nós vamos ter que fazer depois um protocolo com a Tejo Ambiente, porque a Tejo Ambiente, através do concurso a fundos comunitários, suportará a parte da obra, o tapamento da vala. Mas nós entendemos que, para evitar situações que ainda hoje não estão em condições, nós optamos por tapar, por fazer o asfaltamento da via toda e obviamente essa situação é que dará os tais 4.800.000 €, sendo que uma parte significativa será intervenção e será financiada pela Câmara Municipal. -----

- Senhor Deputado Manuel Lourenço. Agradecer-lhe as suas palavras, agradecer também o seu contributo nestes anos todos, enquanto membro da Assembleia Municipal e também como Presidente Junta de Freguesia durante alguns anos em Rio de Couros. Será sempre bem vindo a esta casa e, obviamente, desejar também as maiores felicidades para a sua vida pessoal e profissional, sei que está outra vez a trabalhar, ficamos também satisfeitos por isso. -----

Dizer-lhe que falou aqui numa situação que eu não tinha conhecimento, que é a alteração da recolha de RSU em Caxarias que termina à quinta feira. Parece-me efetivamente muito tempo entre a quinta e a segunda. Há muitos dias em que não há recolha e que teremos que rever. Eu próprio irei ver esta situação porque não tinha conhecimento dela. Caxarias, como disse, e bem, hoje tem mais gente, tem muita gente, tem muita atividade e é uma situação que não abona em nada aquilo que queremos também para a Vila de Caxarias e, portanto, irei tentar perceber o que é que se passa com esta situação. -----

Depois dizer-lhe, sobre o terreno que falou, o terreno que nós adquirimos ali junto à antiga sede da Junta de Freguesia. Nós temos um projeto para uma rotunda e requalificação de todo aquele espaço. O projeto está praticamente concluído e pensamos que, ainda este ano, durante este mandato, haja condições para podermos lançar o procedimento concursal, porque nos parece que é importante também para dignificar aquela zona central da Vila de Caxarias. -

- Senhor Presidente Junta Urqueira. Já falei na questão do saneamento básico. Para os asfaltamentos para Urqueira também um investimento de cerca de 500.000 €. Irei, amanhã



mesmo, juntamente com os da Freixianda. E aproveito também para responder ao senhor Deputado Carlos Marques, irei amanhã mesmo, de manhã, assinar os autos de consignação das empreitadas de asfaltamento de diversas vias em Urqueira, cerca de 500.000 € e na Freixianda, onde está incluído a rua do Casal da Fonte. Mais uma promessa que fica cumprida, porque, como sabe, havia muitas promessas, há mais de 20 anos, de diversas estradas que estavam para ser asfaltadas e que felizmente conseguimos, neste mandato, fazê-las. Falo na estrada, por exemplo, da Potriqueira. Falo nestas em Caxarias, que ligam Caxarias ao Carvalhal e a parte de cima de Caxarias. A rua do Casal da Fonte está incluída neste procedimento que amanhã, como disse, irei assinar as consignações e penso que ainda esta semana, no máximo a semana que vem, iremos iniciar porque a indicação que há, é que esta intervenção na Freixianda comece precisamente na rua do Casal da Fonte. -----

- Senhor Deputado Nuno Baptista. Fala-me aqui em duas situações. Começando pela segunda. Obviamente que a divulgação é sempre um problema e reconhecemos que devemos melhorar a questão da publicidade e da divulgação desta e de outras iniciativas que vamos tendo. Fizemo-la através de editais, que são os meios que nós temos mais adequados. Fizemos uma comunicação para as paróquias, além da comunicação que fizemos nos nossos canais oficiais. E, infelizmente, houve muita gente que não sabia que a prova iria passar à sua porta. Eu próprio também tive dificuldades em chegar a um evento que decorreu no Caneiro, onde estiveram algumas centenas de pessoas do Jardim Infantil, no evento de final de ano. Mas também é bom dizer que esta foi uma decisão que foi tomada muito em cima da hora, porque isto só nos surgiu, quase um mês de antecedência, um mês e meio de antecedência. Portanto, foi também um pouco uma correria, digamos assim. Mas eu acho que a visibilidade que tivemos com a transmissão de dois dias seguidos através da RTP2, com algumas imagens muito interessantes do nosso concelho, acho que é importante. E nós temos apostado muito no ciclismo porque o ciclismo efetivamente tem-nos trazido também aqui alguma divulgação do nosso território. -----

Depois em relação às cobranças de impostos. Senhor deputado, o que tenho para lhe dizer em relação a isto é que, acho que nós devemos olhar sempre, eu pessoalmente procuro sempre olhar pela parte positiva, há aqueles que olham pela negativa. Cada um tem o seu feitio, tem a



sua maneira de ver as coisas. E eu acho que nós devemos estar satisfeitos com a dinâmica empresarial que o concelho tem e que tem gerado estes impostos, porque a maior parte, a maior fatia de impostos que estão a ser cobrados têm a ver com IMT, transações, tem a ver com derrama, que é o imposto que as empresas pagam. E nós hoje temos uma taxa de derrama das mais baixas da nossa zona. IMT, como sabe, é uma taxa única não podemos mexer. E o IUC que efetivamente também tiveram aqui um acréscimo significativo que tem a ver com a aquisição de viaturas das pessoas que habitam no nosso concelho. Estes são os três impostos que efetivamente têm tido um acréscimo muito significativo, comparativamente aos anos anteriores, o que demonstra bem a dinâmica empresarial das nossas empresas e dos nossos empresários. Isso deve ser também aqui enaltecido. -----

A questão do IMI. Nós, como sabe, temos uma taxa de IMI de 0,31. Nós fomos coerentes quando estávamos na oposição, quando defendíamos e quando na altura, juntamente com o MOVE, Movimento Independente, e aproveito para agradecer as palavras que me dirigiu, e também agradecer a sua participação, enquanto deputado municipal. -----

Mas dizia, com a proposta do MOVE, em que na altura os elementos da vereação da Coligação Ourém Sempre corroboraram, baixámos uma taxa de IMI que o Partido Socialista tinha aumentado para 0,375, 0,33. A nossa proposta inicial era 0,325. Quando iniciamos funções propusemos essa baixa para 0,325 e foi aprovada. Só que, entretanto, veio a COVID e nós entendemos, na altura, que devíamos também baixar a taxa para 0,31. A COVID já se foi embora, felizmente há dois anos ou três anos, e nunca voltámos a mexer nessa taxa e, portanto, é uma taxa quase perto do valor mínimo. Não sei se teremos condições para o fazer, porque, como já aqui falámos, nós temos muitos investimentos em curso, e obviamente que se reduzirmos a mais a taxa de IMI, menos receita temos, e estes investimentos não os conseguiremos realizar e, portanto, terá que ser feito um equilíbrio. Para quem aqui ficar a seguir no Executivo Municipal, se entender que tem condições para baixar a taxa de 0,30 com certeza que terá todo o gosto em fazê-lo, porque ninguém tem nenhum prazer em ter as taxas mais altas em relação aos valores mínimos. Se não tiver condições, porque efetivamente, há investimentos em curso, mas pelo menos manter esta taxa de 0,31, que me parece uma taxa muito competitiva comparativamente aos outros concelhos. -----



- Senhor Deputado Carlos Marques, já respondi -----

- Senhor Presidente Junta de Freguesia de Caxarias. Dizer-lhe que hoje vem aqui a autorização para a plurianualidade da despesa. Houve já o concurso. O concurso vem aqui porque é uma retificação, uma plurianualidade que já tinha sido aprovada. Penso que a partir de hoje haverá condições para podermos avançar com os restantes procedimentos administrativos. Eu acho que, muito brevemente, não sei se mais um ou dois ou três meses, haverá condições para iniciarmos finalmente esta ampliação da Zona Industrial de Caxarias e Urqueira, que é efetivamente importante. São mais 18 lotes que ficarão disponíveis e que estou certo que também rapidamente terão pessoas e empresas interessadas na sua aquisição. -----

Muito obrigado” -----

02.03 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – AGÊNCIA PARA A INTEGRAÇÃO, MIGRAÇÕES E ASILO, I.P. – PROPOSTA DE PROTOCOLO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 55577**, datado de **2025.06.06**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.06.02, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em apreço, nos termos da alínea k), do n.º 1, artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 05 de maio findo, a Câmara deliberou concordar com os termos do protocolo então remetido pela Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I.P. (AIMA), com o objetivo de definir os termos e as condições de colaboração, visando a realização, por parte desta Autarquia, de tarefas de atendimento presencial, no âmbito dos procedimentos administrativos da competência da AIMA e solicitar autorização à Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), no n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/20213, de 12 de setembro, na sua redação atual, para a sua celebração. -----

---- Nesta reunião foi apreciada a carta eletrónica registada sob o n.º 49.412/2025, da **Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I.P. (AIMA)**, com sede na Avenida António Augusto de Aguiar, n.º 20, em Lisboa, a remeter o texto final da minuta de protocolo, tendo em conta



algumas melhorias em relação à versão anterior, a vigorar de 01 de junho de 2025 até 31 de maio de 2026, renovável anualmente. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe do Serviço de Ação Social e Saúde** prestou a informação registada sob o n.º 51.829/2025, a colocar a decisão superior a aprovação do novo texto de protocolo remetido por aquele instituto público. -----

---- (Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.04 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE FÁTIMA – PROPOSTA DE PROTOCOLO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 59012**, datado de **2025.06.18**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.06.16, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorização para apoiar financeiramente a Freguesia de Fátima, através da celebração de protocolo. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a proposta de texto de protocolo registada sob o n.º 55.701-A/2025, a celebrar com a **Freguesia de Fátima**, com sede na Avenida Irmã Lúcia de Jesus, n.º 181, daquela freguesia, deste concelho, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 40.052,43€, parte dos encargos decorrentes da aquisição de mobiliário e de equipamento destinados à Biblioteca Pública de Fátima, válido até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio. -----

---- (Aprovado em minuta) -----



----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **CARLOS FERREIRA NEVES**, Secretário da Junta de Freguesia de Fátima, expôs o seguinte: “Sobre este ponto da Ordem de Trabalhos, gostaria de agradecer à Câmara Municipal na pessoa do Senhor Presidente Luís Albuquerque o apoio que tem sido prestado à Junta de Freguesia de Fátima. -----

São de todos conhecidas as más condições físicas em que funcionava a Biblioteca Pública de Fátima. Esta nova localização e a requalificação que está ainda em curso do espaço da antiga escola da Lomba de Égua, permitem encarar com otimismo o incremento e divulgação da cultura junto dos diferentes públicos que fazem parte da população de Fátima: os mais jovens, os adolescentes, os adultos e claro, os seniores, os mais idosos. Para todos eles está a ser preparado um programa anual, ambicioso, com a realização de diversos eventos na nossa nova Biblioteca. -----

Este protocolo, agora apreciado e votado vai permitir dotar esta mesma Biblioteca dum equipamento de apoio digno e moderno, especialmente na sala infantojuvenil, e no envolvente exterior do edifício, incluindo o apoio de material para exposições temporárias. -----

Apesar do atraso nas obras, Fátima passará a dispor de uma Biblioteca com equipamentos de excelência, projetando a cultura na nossa freguesia, sempre aberta também a intercâmbios quer com as restantes freguesias do concelho, quer com outras realizações de âmbito nacional. -----

Termino, deixando também todo o nosso reconhecimento ao apoio prestado pela Senhora Vereadora, com o pelouro da Cultura, Isabel Costa, a quem é de toda a justiça agradecer publicamente o seu envolvimento, ajuda e orientação neste novo projeto cultural de Fátima.” ---

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----



02.05 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – REVISÃO DO “REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVOS À FIXAÇÃO DE MÉDICOS DE MEDICINA GERAL E FAMILIAR NAS UNIDADES DE SAÚDE DE OURÉM” – VERSÃO FINAL -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 55311**, datado de **2025.06.06**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.06.02, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em apreço, nos termos da alínea g), do n.º 1, artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 03 de março de 2025, a Câmara deliberou submeter a proposta de revisão do regulamento indicado em epígrafe a discussão pública, pelo período de 30 dias, nos termos e para efeitos do n.º 1, do artigo 101.º, do Código do Procedimento Administrativo. -----

---- Publicado na 2.ª Série – N.º 62, do **Diário da República**, no dia 28 de março de 2025, a referida proposta esteve em discussão pública até ao dia 14 de maio findo. -----

---- O **Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência** prestou a informação registada sob o n.º 48.423/2025, a anexar a versão final da proposta de revisão do regulamento. -----

---- (Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS** -----

----- **APROVADO EM MINUTA** -----

02.06 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CARTA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OURÉM – VERSÃO FINAL -----



----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 55621**, datado de **2025.06.06**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.06.02, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em apreço, nos termos da alínea h), do n.º 1, artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 17 de março de 2025, a Câmara deliberou submeter a proposta da Carta Municipal de Habitação indicada em epígrafe, a discussão pública, pelo período de 30 dias, nos termos e para efeitos do n.º 1, do artigo 101.º, do Código do Procedimento Administrativo. -----

---- Publicado na 2.ª Série – N.º 69, do **Diário da República**, no dia 08 de abril de 2025, a referido documento esteve em discussão pública até ao dia 26 de maio findo. -----

---- Não tendo sido apresentadas quaisquer sugestões no prazo acima definido, o **Chefe da Equipa Multidisciplinar de Habitação, Modernização Administrativa, Transportes e Trânsito**, exarou no processo uma informação, datada de 27 daquele mesmo mês, a propor a aprovação do documento por parte da Assembleia Municipal. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **JOÃO FILIPE CAMPOS CATARINO**, Grupo Municipal PPP/PSD, expôs o seguinte: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal; -----

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal; -----

Srs. Vereadores, Srs. Presidentes de Junta; -----

Caros colegas deputados; -----

A todos os que nos ouvem, muito boa tarde a todos. -----

A bancada do PSD saúda a apresentação da Carta Municipal de Habitação do Município de Ourém, reconhecendo a sua importância enquanto instrumento estratégico para a definição de



políticas públicas de habitação, com impacto direto na qualidade de vida dos cidadãos e na coesão do território. -----

Num momento em que o acesso à habitação representa um dos maiores desafios sociais do país, é de enaltecer o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal, que culmina agora num documento estruturado, com visão de médio e longo prazo, e articulado com os principais instrumentos de ordenamento e planeamento local e nacional. -----

A Carta identifica carências, propõe metas concretas para o período 2025-2035 e define linhas de atuação que poderão contribuir para o reforço da oferta habitacional, o arrendamento acessível, a reabilitação do parque edificado e a valorização do território. -----

Aproveitamos para felicitar o executivo municipal e os serviços técnicos envolvidos pela elaboração deste documento, e por todo o trabalho que lhe deu origem. Esta é uma iniciativa que merece ser destacada e valorizada pela sua relevância social, pelo rigor técnico e pela ambição estratégica com que foi construída. -----

Muito obrigado.” -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS** -----

----- **APROVADO EM MINUTA** -----

02.07 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – “REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE TARIFAS SOCIAIS E FAMILIARES” – VERSÃO FINAL -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 58974**, datado de **2025.06.18**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.06.16, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em epígrafe, nos termos da alínea g), do n.º 1, artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----



----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 03 de fevereiro transato, a Câmara deliberou submeter a proposta de regulamento indicada em epígrafe a consulta pública, por um período de 30 dias, nos termos e para efeitos do artigo 101.º, do Código do Procedimento Administrativo. -----

---- Publicada na 2.ª Série – N.º 58, do **Diário da República**, no dia 24 de março de 2025, a referida proposta de regulamento esteve a consulta pública até ao dia 08 de maio findo.-----

---- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, acompanhado da informação registada sob o n.º 55.267/2025, do **Serviço de Ação Social e Saúde**, a colocar à consideração superior a versão final do regulamento, para aprovação. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.08 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – 1.ª CICLO DO ENSINO BÁSICO – ANO LETIVO 2025//2026 – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 55480**, datado de **2025.06.06**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.06.02, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais, decorrentes da proposta referida em epígrafe, a seguir descritos: -----

----- Ano 2025 – 125.000,00 euros -----

----- Ano 2026 – 150.000,00 euros -----



----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a informação registada sob o n.º 34.571/2025, da **Divisão de Educação**, que a seguir se reproduz na íntegra: “Com o intuito de preparar o próximo ano letivo 2025/26 e para podermos manter a oferta de Atividades de Enriquecimento Curricular, oferta obrigatória, aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico, sugere-se que se programe o mesmo à semelhança do ano anterior, isto é, envolvendo as seguintes entidades: -----

Entidade	NIPC
Município de Ourém	501 280 740
Agrupamento de Escolas de Caxarias	600 079 163
Agrupamento de Escolas de Ourém	600 082 881
Agrupamento de Escolas Conde de Ourém	600 082 385
INSIGNARE – Associação de Ensino e Formação	502 964 685
Ourearte – Escola de Música e Artes de Ourém	506 518 604
CMAC – Conservatório de Música e Artes do Centro, CRL	514 061 758

Para que o programa, no ano letivo 2025/2026, seja viável é imprescindível que os Agrupamentos de Escolas flexibilizem os horários curriculares de forma a que os alunos possam ter as Atividades de Enriquecimento Curricular no início da manhã (9:00-11:00 ou 9:00-12:00) ou no início da tarde (13:30-15:30), para além do horário das 15:30 às 17:30. Só assim será possível atribuir aos docentes das Atividades de Enriquecimento Curricular horários sustentáveis, atribuindo-lhes turmas com atividades distribuídas entre as 9:00 e as 17:30. ---

--- Em reuniões realizadas com os Agrupamentos de Escolas, foi decidido que cada agrupamento organizaria os seus horários, compatibilizando as horas das aulas curriculares com as de Atividades e Enriquecimento Curricular. Nas escolas mais pequenas, foram associados todos os alunos na mesma turma, procurando rentabilizar recursos e evitar duplicação de transportes. -----

--- O valor hora/turma proposto para pagamento às entidades prestadoras dos serviços é de 18,00€, prevendo-se que o próximo ano letivo tenha 37 semanas letivas. -----



---- Tendo em conta o plano de pagamento do ano letivo 2024/2025, prevê-se que a despesa referente às Atividades de Enriquecimento Curricular para o ano letivo 2025/2026 seja de 275.000,00€, 125.000€/ano civil 2025 e 150.000,00€/ano civil 2026.-----

---- Face ao exposto e no âmbito da preparação do ano letivo 2025/2026, propõe-se a adoção das diligências conducentes à aprovação, pelo órgão executivo, da realização de Atividades de Enriquecimento Curricular.-----

---- Salienta-se que os valores descritos (despesa do Município e comparticipação do Ministério da Educação), poderão alterar em função das seguintes condicionantes:-----

- a comparticipação financeira do Ministério da Educação poderá diminuir, devido ao número de alunos; -----
- a comparticipação financeira do Ministério da Educação poderá diminuir, com a dedução do montante correspondente às atividades lecionadas por parte dos docentes dos agrupamentos de escolas.-----

---- À consideração superior,”. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 27 de maio findo, a salientar que a referida despesa dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.09 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO DE OURÉM –



MANUTENÇÃO DE EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 50240**, datado de **2025.05.23**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.05.05, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OURÉM – 3.ª EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE: -----

- ANO 2025 – 18.881,24 EUROS;-----
- ANO 2026 – 45.314,98 EUROS;-----
- ANO 2027 – 45.314,98 EUROS;-----
- ANO 2028 – 26.433,74 EUROS.-----

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CAXARIAS – 2.ª EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE: -----

- ANO 2025 – 18.881,24 EUROS;-----
- ANO 2026 – 45.314,98 EUROS;-----
- ANO 2027 – 45.314,98 EUROS;-----
- ANO 2028 – 26.433,74 EUROS.-----

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FÁTIMA– 2.ª EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE: -----

- ANO 2025 – 18.881,24 EUROS;-----
- ANO 2026 – 45.314,98 EUROS;-----
- ANO 2027 – 45.314,98 EUROS;-----
- ANO 2028 – 26.433,74 EUROS.-----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, foi apresentada a informação registada sob o n.º 34.417/2025, do **Coordenador Municipal de Proteção Civil**, que se passa a transcrever: “A 25 de Julho de 2022 foi celebrado



protocolo, entre a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, o Município de Ourém e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ourém, com vista à criação e manutenção da terceira Equipa de Intervenção Permanente (EIP). Na mesma data foram celebrados os protocolos com vista à criação e manutenção das segundas Equipas de Intervenção Permanente (EIP) sediadas nas Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Caxarias e de Fátima. Os referidos protocolos foram celebrados por um período de 3 anos (até 24/07/2025) renovando-se automática e sucessivamente por igual período caso não seja resolvido por qualquer das partes com a antecedência mínima de sessenta dias. ---

--- As EIP's constituem-se como uma mais valia indispensável, face ao grau de prontidão permanente, na resposta às ocorrências que impliquem intervenções de socorro às populações e de defesa de seus bens, designadamente em caso de acidente, incêndio, inundações, desabamentos, abalroamentos, ou outras intervenções no âmbito da proteção civil.-----

--- Face ao exposto sugere-se que os referidos protocolos possam ser renovados com efeitos a 25 de julho de 2025, nos termos previstos nos mesmos.-----

--- Remete-se em anexo os protocolos iniciais.-----

--- À consideração superior,”. -----

--- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 29 do mês findo, a salientar que a despesa emergente da renovação dos protocolos em assunto, dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

--- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----



02.10 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – “P141/2025 – EXPANSÃO DO PARQUE RIBEIRINHO DR. ANTÓNIO TEIXEIRA – FASE I” – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 55397**, datado de **2025.06.06**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.06.02, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- Ano 2025 – 1,00 euro -----

----- Ano 2026 – 2.000.180,34 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No seguimento da proposta de realização de despesa registada sob o n.º 41.076/2025, da **Divisão de Ambiente e Sustentabilidade**, foram apresentados o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos, instruídos com uma informação, datada de 27 de maio findo, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea b), do artigo 19.º, do Código dos Contratos Públicos, pelo preço base de 1.886.963,53€ + IVA e pelo prazo de execução de 365 dias e a dar conta, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, de que a fixação daquele valor, baseou-se em preços de mercado para obras da mesma natureza. -----

---- Mais refere, de acordo com os esclarecimentos prestados pela Divisão de Ambiente e Sustentabilidade, que a decisão da não adjudicação por lotes deve-se, do ponto de vista técnico, de uma obra sensível em termos de execução, devido à necessidade de reutilizar materiais vegetais e fazer plantações que devem ter uma cadência semelhante, a fim de dar o efeito de continuidade, o que poderia não acontecer se os trabalhos fossem realizados por diferentes empreiteiros. -----

---- No que respeita à revisão do projeto de execução e de conformidade com o n.º 2, do artigo 2.º, do Decreto-Lei n.º 108/2024, de 18 de dezembro, poderá existir risco de não conclusão da



empreitada, dentro do prazo previsto no caderno de encargos (30 de abril de 2027) e consequentemente, de perda de financiamento com recurso a fundos europeus, dado tratarem-se de trabalhos junto da ribeira que necessitam de condições climatéricas adequadas.-----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada também de 27 do mês findo, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.11 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – “P310/2024 – ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE CAXARIAS – URQUEIRA (111905/2024)”, RETIFICAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 50311**, datado de **2025.05.23**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.05.19, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- Ano 2025 – 631.264,90 euros -----

----- Ano 2026 – 1.376.552,59 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----



----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentado o Relatório final registado sob o n.º 112.038-A/2024, do **Júri** designado para o presente procedimento, acompanhado da minuta do contrato a celebrar com a firma **Delfim de Jesus Martins & Irmão, Limitada**, com sede em Carrascal, da Freguesia de Abiul, do Concelho de Pombal, para efeitos do designado em epígrafe, pelo valor de 1.894.195,75€ + IVA (valor da sua proposta) e pelo prazo de execução de 365 dias. -----

---- Do processo faz parte uma informação, datada de 13 de maio em curso, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a dar conta de que deverá ser designado o gestor de execução do contrato e aprovada a referida minuta do contrato. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo a seguinte informação, datada de 14 de maio em curso: “Concordo com a adjudicação proposta.

---- Relativamente à plurianualidade da despesa subjacente e ao cronograma financeiro apresentado pela entidade a quem se propõe adjudicar esta empreitada, verifica-se que haverá um impacto de 631.264,90 euros em 2025 (valor inferior ao previsto em orçamento, pelo que haverá lugar a anulação do cabimento efetuado, e de 1.376.552,59 euros em 2026, nesta circunstância inferior ao montante autorizado pela assembleia municipal, pelo que deverá a nova plurianualidade associadas, ser objeto de nova aprovação pelo órgão deliberativo.-----

---- À Consideração Superior (competência do órgão executivo para adjudicação - competência do órgão deliberativo para aprovação da plurianualidade subjacente resultante do novo cronograma financeiro)”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS** -----

----- **APROVADO EM MINUTA** -----



02.12 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – “P130/2025 – AQUISIÇÃO DE 2 VEÍCULOS PESADOS DE PASSAGEIROS, TIPO URBANO, 100% ELÉTRICOS – LOTE 1 – AUTOCARRO DE 30 LUGARES / LOTE 2 – AUTOCARRO DE 20 LUGARES (47071/2025)” – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 58977**, datado de **2025.06.18**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.06.16, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- Ano 2025 – 1,00€ + IVA -----

----- Ano 2026 – 629.000,00€ + IVA -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Relativamente ao processo registado sob o n.º 47.071/2025, da **Equipa Multidisciplinar de Habitação, Modernização Administrativa, Transportes e Trânsito**, foram apresentados o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, para efeitos do designado em epígrafe, instruídos com uma informação, datada de 15 de maio findo, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público internacional, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, pelo preço base total de 630.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com prazo de entrega de 180 dias. -----

---- Mais refere, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, que a fixação do preço, baseou-se em consultas preliminares efetuadas ao mercado.-----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo, uma informação, datada de 02 de junho em curso, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----



---- (Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, Representante do Grupo Municipal PS, expôs o seguinte: “Na reunião de preparação, acabei por não perceber. ----- Não sei se estes autocarros se enquadram na questão do TUFO, se são para aumentar a rede. Gostaria ainda de perguntar, já foi há mais de um ano que nos apresentou os últimos números, se há um aumento de utilizadores do TUFO, se não estamos a colocar mais dois autocarros com muito pouca utilização como eram os anteriores. Saber se tem uma ideia da sua utilização.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL referiu o seguinte: “Efetivamente, estas duas viaturas são para reforçar a aposta, porque hoje nós temos circuitos e o transporte urbano, o TUFO, como sabe, as viaturas não devem passar com o tempo muito espaçado no mesmo local, para que as pessoas possam ir e vir, se possam deslocar. ----- E, se tivermos mais viaturas, podemos eventualmente alargar os circuitos urbanos, nomeadamente em Fátima, por exemplo, zona de Maxieira/Boleiros e, também aqui em Ourém. Eventualmente, depois terá que se estudar até aqui a Caxarias, aproveitando também a questão da linha de comboio e, portanto, toda esta situação poderá depois ser equacionada. Mas, a ideia é que estas duas viaturas possam ser afetas também ao projeto do TUFO. ----- Em relação aos números, posso dizer que, no mês de maio deste ano, tivemos um total de 1517 passageiros. No mês de abril tivemos 1306, no mês de março 1278, no mês de fevereiro, 1197, no mês de janeiro 880. -----

E, portanto, como diria alguém, é uma questão de fazer contas para ver o aumento da percentagem. Mas, posso dizer que, desde janeiro até maio, quase que 100% a mais, de 880 para 1517. E, portanto, são estes os números reais que temos hoje no TUFO, de uma forma sustentada. Não muito ainda, porque eu acho que pode ser ainda mais implementado. Aproveitar também para dizer que, nós durante a próxima semana, iremos fazer uma apresentação do novo “transporte a pedido”. Vamos inaugurar novos circuitos com maior adesão dos taxistas e penso que também aqui podemos ter um incremento grande para



melhorar as acessibilidades das pessoas, que poderão ter mais dificuldades em chegar a Ourém ou a Fátima, ou a Caxarias ou a Freixianda, através deste novo impulso do “transporte a pedido” que, como disse, irão ser apresentados durante a próxima semana. -----

Muito obrigado.” -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.13 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – “P131/2025 – AQUISIÇÃO DE 2 VEÍCULOS PESADOS DE PASSAGEIROS A DIESEL – LOTE 1 – AUTOCARRO DE 55 LUGARES / LOTE 2 – AUTOCARRO DE 29 LUGARES (47353/2025)” – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 58994**, datado de **2025.06.18**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.06.16, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- Ano 2025 – 1,00€ + IVA -----

----- Ano 2026 – 442.000,00€ + IVA -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Relativamente ao processo registado sob o n.º 47.353/2025, da **Equipa Multidisciplinar de Habitação, Modernização Administrativa, Transportes e Trânsito**, foram apresentados o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, para efeitos do designado em epígrafe, instruídos com uma informação, datada de 16 de maio findo, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público internacional, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos, com



publicação no Jornal Oficial da União Europeia, pelo preço base total de 443.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com prazo de entrega de 12 meses. -----

---- Mais refere, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, que a fixação do preço, baseou-se em consultas preliminares efetuadas ao mercado.-----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo, uma informação, datada também de 16 do mês findo, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.14 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – “P144/2025 – ACORDO QUADRO DE ELETRICIDADE DA CENTRAL DE COMPRAS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO (BTE/MT), DURANTE 9 MESES (52533/2025)” – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 58998**, datado de **2025.06.18**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.06.16, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção da despesa plurianual subjacente ao processo. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----



----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No âmbito do procedimento designado em epígrafe (registado sob o n.º 52.533/2025), foram apresentados os respetivos Caderno de Encargos e Convite, instruídos com uma informação, datada de 29 de maio findo, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a adesão ao Acordo Quadro da CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, em conformidade com o disposto no artigo 259.º, do Código dos Contratos Públicos, mediante a adjudicação por lotes, pelo período de 9 meses e pelos preços base que a seguir se especificam, acrescidos de IVA: -----

- Lote 1 – Baixa Tensão Especial (BTE) – 43.202,34€; -----
- Lote 2 – Média Tensão (MT) – 92.545,78€. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.15 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – “P151/2025 – MEDIDAS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO DE OURÉM (27304/2025)” – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 59003**, datado de **2025.06.18**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.06.16, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- Ano 2025 – 156.367,25 euros -----

----- Ano 2026 – 156.367,00 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----



----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentado o processo registado sob o n.º 27.304/2025, da **Divisão de Projetos Técnicos**, instruído com o projeto de execução para efeitos do designado em epígrafe (composto por memória descritiva e justificativa, mapa de trabalhos e respetiva estimativa orçamental), o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos e ainda com uma informação, datada de 05 de junho em curso, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea b), do artigo 19.º, do Código dos Contratos Públicos, pelo valor de 294.357,01€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e pelo prazo de execução de 240 dias. Mais dá conta, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, de que a fixação daquele montante, baseou-se nos preços de consulta ao mercado. -----

--- Mais refere que não é necessária a revisão do projeto de execução, dado não ter sido identificada a presença de pareceres prévios. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada também de 05 do mês corrente, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.16 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – “P156/2024 – REABILITAÇÃO DA EB 2,3 IV CONDE DE OURÉM (82087/2024)” – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----



----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 59005**, datado de **2025.06.18**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.06.16, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- Ano 2025 – 1,00 euro -----

----- Ano 2026 – 3.025.578,96 euros -----

----- Ano 2027 – 1.008.525,30 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentado o processo registado sob o n.º 82.087/2024, da **Divisão de Projetos Técnicos**, instruído com a versão final do projeto de execução, o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos, para efeitos do designado em epígrafe, pelo preço base de 3.805.759,68€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e pelo prazo de 16 meses. -----

---- O **Chefe do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 12 de junho em curso, a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea b), do artigo 19.º, do Código dos Contratos Públicos, pelos referidos preço base e prazo de execução e a dar conta, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, que a fixação daquele preço, baseou-se em procedimentos anteriores semelhantes e que a decisão da não contratação por lotes, justifica-se, devido ao facto de as prestações abrangidas pelo respetivo objeto, são técnica ou funcionalmente incindíveis, sendo que a sua separação causaria graves inconvenientes para a entidade adjudicante.-----

---- Ouvido igualmente sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou também no processo a informação, datada daquele mesmo dia, que se passa a transcrever: “Concordo com o procedimento e as peças propostas. Salienta-se a existência de adequado enquadramento orçamental nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente apurados em observância à LCPA, condicionado à obtenção prévia do



financiamento consignado associado, pelo que só será de promover a adjudicação na condição de se verificar, a aprovação do financiamento referido no processo. -----

---- À Consideração Superior (competência do órgão deliberativo)". -----

---- (Aprovado em minuta)" -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.17 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – “CONSTRUÇÃO DE REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS – LUGARES DE CALÇOS E MATOS, FREGUESIA DE N.ª SR.ª DA PIEDADE – OURÉM” – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 59008**, datado de **2025.06.18**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.06.16, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção do montante de 634.584,85 euros + IVA, no ano económico de 2026. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada da proposta de realização de despesa registada sob o n.º 56.830/2025, da **Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos**, para execução da empreitada designada em epígrafe, no montante de 634.584,85€ + IVA, instruída com uma informação, datada de 12 de junho corrente, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, a dar conta de que a despesa incide, integralmente, no ano económico de 2026. -----

---- (Aprovado em minuta)" -----



----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.18 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – REGIME LIVRE DE ACESSO ÀS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS NO ÂMBITO DE ATIVIDADES ORGANIZADAS E PROMOVIDAS PELO MUNICÍPIO DE OURÉM -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 50264**, datado de **2025.05.23**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.05.05, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 33.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, autorização para o acesso gratuito dos munícipes às instalações municipais, aquando da sua participação nos programas ou atividades elencadas na informação dos serviços. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a informação registada sob o n.º 6599/2025, do **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**, a propor a isenção do pagamento dos acessos às instalações municipais, dos munícipes que usufruam dos programas ou atividades dinamizadas pelo Município de Ourém. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----



02.19 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DE OURÉM – ÉPOCA BALNEAR 2025 -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 50438**, datado de **2025.05.23**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.05.19, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 1, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, autorização para aplicação da redução das tarifas propostas. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Através da informação registada sob o n.º 29.624/2025, o **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**, propôs a abertura da época balnear das Piscinas Municipais de Ourém para o período de 01 de julho a 15 de setembro de 2025, com lotação máxima para 500 banhistas (com a possibilidade de aumento, mediante a contratação de sanitários móveis), com os seguintes horários: -----

- Segunda-feira: Abertura às 14h00 e encerramento às 19h00; -----

- Terça-feira a domingo: Abertura às 10h00 e encerramento às 19h00.-----

---- Mais propõe o **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**, a renovação do desconto de 40% nas tarifas, para todos os escalões/faixas etárias, conforme fundamentação socioeconómica apresentada em 2024. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 13 do corrente mês, que se passa a transcrever: “Relativamente aos descontos propostos, o valor disposto (40%) encontra-se enquadrável no limite estabelecido no n.º 1 do artigo 34º do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas Municipais. -----

---- Deste modo, caso se pretenda a aplicação desta redução, deverão órgão executivo, propor ao órgão deliberativo a sua aplicação, nesta circunstância, para a época balnear de 2025, com a fundamentação já anteriormente apresentada.-----

---- À Consideração Superior (Competência do órgão deliberativo)”. -----



---- (Aprovado em minuta)” -----
 ----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----
 ----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS** -----
 ----- APROVADO EM MINUTA -----

02.20 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DE OURÉM – ÉPOCA BALNEAR 2025 – INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIA -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 50447**, datado de **2025.05.23**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.05.19, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do artigo 33.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, autorização para utilização gratuita das piscinas municipais, pelos jovens com idades compreendidas entre os 07 e os 17 anos (e seus acompanhantes) e pelos idosos que beneficiem dos serviços das instituições participares de solidariedade social do nosso concelho (e seus acompanhantes), considerando a importância do programa de ocupação de tempos livres para jovens e séniores. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Relativamente ao assunto designado em epígrafe, foi apresentada a informação registada sob o n.º 39.055/2025, do **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**, que a seguir se reproduz na íntegra: -----

“1. Enquadramento -----

---- Nos últimos anos, o Município de Ourém tem contribuído com um conjunto de iniciativas destinadas à população do concelho, beneficiando a comunidade e incentivando a procura pelos equipamentos municipais.-----



---- Um dos equipamentos muito requisitado durante o período da época balnear, especialmente pelas instituições do concelho, são as Piscinas Municipais de Ourém (piscinas exteriores), pois todos os anos, nos procuram solicitando preços mais acessíveis e entradas gratuitas. Trata-se de uma instalação que oferece segurança, através da permanência de nadadores salvadores certificados, e condições de utilização para todas as faixas etárias. ---

---- Tendo em conta o aproximar de mais uma época balnear, e antecipando os pedidos que muito em breve nos vão surgir, propomos que cada IPSS do concelho, possa beneficiar de 5 entradas gratuitas, de 1 julho a 15 setembro, entre o período horário das 10h00 às 14h00 (minimizando a exposição solar e o período de maior afluência de utentes).-----

---- **2. Proposta Época Balnear – Instituições**-----

---- Neste sentido, e para melhor análise superior, propõe-se: -----

- que cada IPSS do concelho, possa beneficiar de 5 entradas gratuitas, entre 1 julho a 15 setembro, entre o período horário das 10h00 às 14h00. -----

---- Ou seja:-----

- Entrada gratuita a crianças 7 -17 anos, (uma vez que dos 0 – 6 já é gratuita), integradas em entidades de cariz social, no período de época balnear. Cada criança/jovem poderá beneficiar de 5 manhãs (das 10h00 às 14h00). O valor associado à entrada (por período de manhã) seria de: **2,66€**. -----
- Os seniores/idosos que estejam a beneficiar de respostas sociais nas IPSS do nosso Concelho possam de igual forma, usufruir desta gratuidade, no período de 5 manhãs. O valor associado à entrada (por período de manhã) seria de: **2,66€**;-----
- Os adultos acompanhantes de crianças, jovens e seniores que integram as IPSS com pedidos de manhãs gratuitas, também podem usufruir desta gratuidade. O valor associado à entrada (período de manhã), seria de: **3,72€**;-----
- As crianças/jovens, seniores e acompanhantes, que pretendam permanecer **no período da tarde (após usufruto da manhã gratuita)** pagam o valor correspondente, de acordo com a Tabela Geral de Taxas do Município:-----

- Até aos 6 anos (inclusive): **entrada gratuita**;-----

- Dos 7 aos 17 anos (inclusive) e ≥65 anos: **3,72€**;-----



- Dos 18 aos 64 anos (inclusive): **4,78€**.-----

---- 3. Conclusão -----

---- Face ao exposto, remete-se superiormente proposta para que as IPSS's do concelho de Ourém, possam usufruir de 5 manhãs gratuitas durante a época balnear. -----

---- Para que possam beneficiar destas manhãs, cada instituição deverá de enviar email com pedido para: associativimo@mail.cm-ourem.pt, enviado a seguinte informação: -----

- Nome da IPSS;-----
- Número total de crianças e respetivas faixas etárias; -----
- Número e nome dos respetivos acompanhantes; -----
- Período de permanência na piscina;-----
- Dias que pretendem usufruir das 5 manhãs gratuitas. -----

---- À consideração superior,”. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo a informação, datada de 13 do mês em curso, que de igual modo se transcreve: “Tratando-se de um benefício, configurando em algumas situações a gratuitidade, a sua aprovação está sujeita à aprovação do órgão deliberativo, conforme dispõe o artigo 33º do RTGTORM e o Regime Financeiro das Autarquias Locais, sendo de salientar que deverá ser efetuada monitorização do benefício ou subvenção efetivamente atribuído, para que possa ser posteriormente comunicado o montante do benefício/subvenção atribuído à entidade de controlo (IGF), sendo esta uma comunicação obrigatória, bem como reporte no website do Município de Ourém. --

---- À Consideração Superior (competência do órgão deliberativo)”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----



02.21 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PERMUTA DE PARCELAS DE TERRENO – FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE – OURÉM --

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 55387**, datado de **2025.06.06**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.06.02, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 1, do art.º 25.º, do Anexo I à da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a apreciação da matéria em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 05 de maio de 2025, a Câmara deliberou aprovar o texto da escritura de permuta das parcelas de terreno a seguir descritas, sitas na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, deste concelho, concedendo ao Ex.mo Presidente, ou a quem suas vezes legalmente fizer, os necessários poderes para outorgar e assinar a referida escritura: -----

- Parcela com a área de 1949 m², a desanexar do prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 8788 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 5567, propriedade do **Município de Ourém**;
- Parcela com área de 1015 m², a desanexar do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 4440 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 4282, propriedade da **Construção Pública, E.P.E.** -----

---- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo instruído com a informação, datada de 28 de maio findo, do **Setor de Património**, a dar conta de que ao assunto carece de aprovação por parte do órgão deliberativo. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS** -----

----- **APROVADO EM MINUTA** -----



02.22 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO, I.P. – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO TEATRO MUNICIPAL DE OURÉM -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 55407**, datado de **2025.06.06**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.06.02, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do artigo 33.º, conjugado com o artigo 39.º do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, porquanto a realização do evento é um préstimo para o Município, tendo em conta que o concelho de Ourém é dos que conta com mais empresas “Gasela”. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “A **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I. P.** (sedeada na Rua Bernardim Ribeiro, n.º 80, em Coimbra), através da carta eletrónica registada sob o n.º 46.407/2025, solicitou a esta Autarquia, a cedência do Teatro Municipal de Ourém para a realização do evento de distinção das Empresas Gazela da Região Centro, nos dias 24 e 25 de junho em curso e bem assim do apoio técnico do Gabinete de Imagem e Comunicação deste Município. -----

---- Ouvida sobre o assunto, a **Divisão de Ação Cultural** exarou no processo uma informação, datada de 16 de maio findo, a dar conta de que o espaço está disponível e de que tem um custo associado de 318,90€. -----

---- Do processo faz parte uma informação, datada também daquele mesmo dia, do **Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência**, a colocar à consideração superior a eventual isenção do referido montante. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS -----**

----- **APROVADO EM MINUTA -----**



02.23 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDEMARIA E OLIVAL – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 50433**, datado de **2025.05.23**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.05.19, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorização para isentar a União das Freguesias de Gondemaria e Olival, do pagamento do valor de 388,16euros, relativo ao processo n.º 1971/2024, de que é titular. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a carta registada sob o n.º 75.516/2024, da **União das Freguesias de Gondemaria e Olival**, com sede na Rua da Fonte, n.º 13, em Olival, deste concelho, a solicitar a isenção do pagamento de todas as taxas correspondentes ao processo n.º 1971/2024 (pedido de parecer prévio não vinculativo sobre construção de parque de estacionamento, na localidade de Gondemaria, da referida união de freguesias), de que é titular. -----

---- Ouvida sobre a pretensão, a **Divisão de Urbanismo e Território** prestou a informação registada sob o n.º 40.135/2025, a referir que as taxas a isentar perfazem o total de 388,16€, que inclui a verba de 196,97€, já paga.-----

---- A **Chefe da Divisão de Urbanismo e Território**, ouvida igualmente sobre o assunto, prestou a informação registada sob o n.º 45.493/2025, a colocar o pedido à consideração superior. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS** -----

----- **APROVADO EM MINUTA** -----



02.24 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – APAJEFÁTIMA – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DOS ALUNOS DO AGRUPAMENTO DE JARDINS E ESCOLAS DE FÁTIMA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 50295**, datado de **2025.05.23**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.05.05, solicitando, a este órgão deliberativo, a concessão da isenção do pagamento da verba de 53,15 euros, considerando o serviço relevante que a Associação presta à comunidade escolar, nos termos do n.º 2, do artigo 33.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No âmbito do evento “Apaje em Família”, a realizar no dia 31 de maio corrente, no salão paroquial, sito na Rua Nossa Senhora da Conceição, em Montelo, da Freguesia de Fátima, deste concelho, foi apreciada a carta eletrónica registada sob o n.º 34.433/2025, da **Apajefátima – Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos do Agrupamento de Jardins e Escolas de Fátima**, a solicitar autorização para ocupação do referido espaço público com isenção do pagamento das respetivas taxas. -----

---- A **Secção de Licenciamentos Não Urbanísticos**, ouvida sobre o assunto, exarou no processo a informação, datada de 15 do mês findo, que se passa a transcrever: “1. A Apajefátima – Associação de Pais e Encarregados de Educação de Fátima, solicitou autorização de uso e corte de vias públicas, para realização do evento “Apaje em Família”, no dia 31 de maio de 2025, na rua Nossa Senhora da Conceição, junto ao salão da Capela do Montelo. -----

---- 2. Solicita ainda, a isenção das taxas devidas, que são as seguintes: -----

- €10 – Taxa de Apreciação (n.º 3, do art.12.º da Tabela Geral Taxas e Outras Receitas);



- €37,21 – Utilização de Vias Públicas (n.º 1, art.º 19.º da Tabela Geral Taxas e Outras Receitas);-----
- €53,15 – Corte de Via (n.º 3, art.º 19.º da Tabela Geral Taxas e Outras Receitas); ----

---- 3. Nos termos do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas em vigor no Município, só os valores superiores a €52,25 (10% do IAS para 2025), poderão ser considerados para isenção (art.º 33º-A - Não são aceites pedidos de isenção de taxa cujo montante seja inferior a 10% do IAS).-----

---- 4. Assim, deixa-se à Consideração do Sr. Presidente a decisão relativa à isenção da taxa referente ao corte de via (€53.15) e em caso de deferimento a pretensão deverá ser submetida a reunião de Câmara e posterior envio à Assembleia Municipal.” -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 31 PRESENCAS** -----

----- Aquando da apreciação e votação da matéria, ausentou-se da sala o membro da Assembleia Municipal, Ana Margarida Henriques Neves Vieira. -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.25 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RECREATIVA E DESPORTIVA DA MOITA REDONDA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 55541**, datado de **2025.06.06**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.06.02, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 33.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, autorização para isentar a Associação Cultural, Recreativa e Desportiva da Moita Redonda, do pagamento das taxas devidas pela utilização do Pavilhão do Centro de Estudos de Fátima, por se tratar de uma



Associação que promove relevantes atividades no concelho, bem como o lançamento de uma nova modalidade desportiva, como o voleibol feminino. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a carta eletrónica registada sob o n.º 48.954/2025, da **Associação Cultural, Recreativa e Desportiva da Moita Redonda**, com sede na Rua da Lomba Gorda, em Moita Redonda, da Freguesia de Fátima, deste concelho, a solicitar a cedência do pavilhão do Centro de Estudos de Fátima, para a realização de um torneio de futsal, no dia 02 de agosto de 2025, com isenção de pagamento de taxas associadas. -----

---- O **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 21 de maio findo, a dar conta de que o espaço se encontra disponível e de que tem um custo associado de 265,80€. Mais refere que caso seja autorizada a cedência, será necessária a presença de um funcionário que assegure a abertura e o encerramento das instalações. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.26 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ASSOCIAÇÃO ACADEMIA DE DANÇA REMEDIOS RODRIGUEZ – ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 58999**, datado de **2025.06.18**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.06.16, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do artigo 33.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, concessão da isenção da verba 212,60 euros, considerando a notoriedade e o trabalho que a Associação tem vindo a desenvolver junto dos jovens do nosso concelho. -----



----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentado o processo registado sob o n.º 10.177/2025, da **Divisão de Ação Cultural**, instruído com os estatutos da entidade acima referida, com vista à eventual isenção do pagamento da verba de 212,60€, referente à utilização do Teatro Municipal de Ourém, no dia 22 de junho em curso, no âmbito da realização do seu espetáculo de final de ano. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.27 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CENTRO DESPORTIVO DE FÁTIMA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 58995**, datado de **2025.06.18**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.06.16, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 33.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, concessão da isenção da verba 132,90 euros, considerando a relevância da atividade que a Associação presta no âmbito do desporto no concelho. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No âmbito da realização do torneio de voleibol feminino, no dia 07 de junho de 2025, foi apreciada a carta eletrónica registada sob o n.º 49.931/2025, do **Centro Desportivo de Fátima**, com sede na Rua Padre António Martins



Pereira, n.º 25, em Fátima, deste concelho, a solicitar a isenção do pagamento da taxa de 132,90€, associada à utilização do pavilhão do Centro de Estudos de Fátima. -----

---- (Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.28 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO DE CANEIRO – ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 58981**, datado de **2025.06.18**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.06.16, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 33.º, conjugado com o artigo 39.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, concessão da isenção da verba 47,85 euros, porquanto a entidade presta serviços sociais no nosso concelho. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a carta eletrónica registada sob o n.º 55.839/2025, da **Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias**, a solicitar a cedência do Pavilhão Gimnodesportivo de Caneiro, para a realização de um jogo de futebol, no dia 04 de agosto de 2025, inserido nos festejos em honra de São Bernardo, que decorrerão na localidade de Outeiro das Matas, daquela freguesia, deste concelho. -----

---- O **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 09 do corrente mês, a dar conta de que o espaço se encontra disponível e de que tem um custo associado de 47,85€. -----



---- (Aprovado em minuta)” -----
 ----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----
 ----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS** -----
 ----- APROVADO EM MINUTA -----

02.29 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RIO DE COUROS E CASAL DOS BERNARDOS – PROPOSTA DE ACORDO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 58964**, datado de **2025.06.18**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.06.16, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em epígrafe, nos termos da alínea j), do n.º 1, do art.º 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a proposta de texto de acordo registada sob o n.º 37.730-A/2025, a celebrar com a **União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos**, que visa a cedência, prevista e regulada nos artigos 53.º a 58.º, do Regime Jurídico do Património Imobiliário Público, da antiga Casa dos Cantoneiros de Rio de Couros, com vista à sua reabilitação e adaptação para fins de interesse público, nomeadamente como infraestrutura de apoio ao Parque de Merendas e a peregrinos. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----
 ----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----



= **JORGE MANUEL DIAS LOPES**, Presidente da União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, expôs o seguinte: “Na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal cumprimento todos os presentes e a quem nos ouve pelos meios audiovisuais -----
A casa dos Cantoneiros em Rio de Couros, finalmente está a ser recuperada. Depois de um longo processo de troca de correspondência com o anterior detentor, a Direção Geral do tesouro e finanças e esta Junta de Freguesia, que se tornou infrutífero. O Executivo Municipal na pessoa do Sr. Presidente Luís Albuquerque fez várias diligências no sentido da transferência de propriedade para a autarquia, o que resultou finalmente na cedência daquele edifício emblemático. As obras estão a decorrer e a sua reabilitação prevê a substituição da cobertura reboco e pintura exterior e caixilharia em alumínio, obras adjudicadas em cerca de 50.000,00€. A cedência deste edifício através do contrato de comodato permite ao Executivo da junta, estudar e preparar um projeto para a lhe dar nova função e pô-lo ao serviço público, dignificando aquele espaço. O projeto em estudo, visa a construção de instalações sanitárias de apoio ao Parque de Lazer e Multiusos, ali ao lado e um pequeno espaço de apoio e descanso para aqueles que por ali circulam a pé ou em peregrinação. Um bem hajam ao Executivo Municipal por terem sabido interpretar esta vontade do Executivo e devolver aquele edifício que retrata uma época do nosso passado recente, no seu esplendor, que muito significa para esta região. -----

Disse....” -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS** -----

----- **APROVADO EM MINUTA** -----

02.30 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – “P229/2023 – ELABORAÇÃO DO LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO E PROJETO PARA A CONSTRUÇÃO DE DOIS CAMPOS DE FUTEBOL SINTÉTICO, BANCADA E BALNEÁRIOS NO COMPLEXO DESPORTIVO DE FÁTIMA (96665/2323)” – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – RETIFICAÇÃO -----



----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 61660**, datado de **2025.06.27**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.06.27, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- Ano 2025 – 467.264,57 euros -----

----- Ano 2026 – 2.336.322,85 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 16 de setembro de 2024, a Câmara deliberou aprovar o projeto de execução elaborado pela firma **JERFI – Projetos e Consultoria, Limitada**, adjudicatária do procedimento indicado em epígrafe, com custos estimados em 2.389.139,95€ + IVA e com o prazo de execução de 9 meses. Mais deliberou solicitar, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização à Assembleia Municipal, para assunção dos compromissos plurianuais, nomeadamente 1,00€ em 2024 e 2.532.551,00€ em 2025. -----

---- Nesta reunião foi apresentada a proposta de realização de despesa registada sob o n.º 51.622/2025, da **Divisão de Projetos Técnicos**, no montante de 2.644.893,79€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, instruída com a informação, datada de 25 do corrente mês, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, a dar conta, considerando um cronograma financeiro de 12 meses, de que se prevê a realização de dois meses em 2025 (467.264,57 euros) e dez meses em 2026 (2.336.322,85 euros), salientando a existência de enquadramento orçamental adequado e de fundos disponíveis em montante suficiente, pelo que o processo deve ser remetido novamente ao órgão deliberativo, devido à reformulação do valor global da despesa e ao impacto plurianual subjacente. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----



----- SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.31 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL questionou sobre eventuais pedidos de intervenção por parte do público, tendo-se registado a seguinte intervenção: -----

----- MARIA DO ROSÁRIO, natural de Ourém, referiu o seguinte: “Muito boa tarde. Cumprimento todos os presentes na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal e também na pessoa do senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

Permitam-me também fazer uma saudação especial a todas as senhoras eleitas aqui presentes. Lembro que se fosse há mais de 50 anos não estariam aqui presentes. Mas faço-o também para lembrar que hoje, em 2025, já há muito mais abertura do que alguns anos atrás. Já há quem defenda que as senhoras, que as mulheres, devem voltar para a casa, para a família, e alguns até fazem com muito atrevimento a defesa de que o seu lugar é na cozinha. Por isso, minhas amigas, eu peço-vos, estejam atentas. Não deixem que essas situações avancem. -----

Gostaria de colocar aqui duas questões. -----

Uma já aqui abordei várias vezes e continuarei a fazê-lo até que a voz me doa. E tem a ver com uma questão do dia a dia, infelizmente, de todas as freguesias, penso que será uma realidade de todas. -----

E falo do programa CED (Captura-Esterilização-Devolução). É um programa que existe nas várias câmaras municipais e freguesias de todo o país, onde existe um programa que é financiado pelo Governo, permite às câmaras municipais, com protocolos com as associações de animais dos seus concelhos, em colaboração com as cuidadoras das várias e diversas freguesias. Permite um acompanhamento de todas as colónias dos animais errantes. Permite, portanto, a averiguação de como está o seu estado de saúde. Permite que se veja todas as



situações existentes nessas colónias. E permite, naturalmente, através da castração, que essas colónias não aumentem. E este facto é um bem estar animal que todos nós devemos defender. -----

As colónias errantes, sem qualquer ajuda de ninguém, sem cuidadores, aumentam perigosamente. E é um caso de saúde pública e deve ser uma preocupação de todos nós e não só daqueles que gostam dos animais e de todos nós. Porque quando há CED, onde há a colaboração das câmaras municipais com as associações, com os cuidadores dos animais, as colónias estão controladas, os animais são verificados, os animais doentes vão aos veterinários e são castrados, as colónias não aumentam, caso contrário, é uma questão muito, muito preocupante. -----

Onde não há o CED, é o nosso caso, infelizmente, e por isso eu pedia ao senhor Presidente da Câmara uma atenção especial para este problema, sabendo nós os avanços que já foram feitos a nível do CRO, sabendo até, neste momento, as obras que estão a ser feitas. Mas, como há pouco aqui alguém lembrou, nós queremos sempre mais e queremos mais e melhor. E por isso, apesar de todos os avanços, é preciso ainda avançar mais. E o CED é um avanço necessário para os animais, para a população, para a saúde pública. E por isso, eu peço o empenho do senhor Presidente para esta questão, para que ela também seja uma realidade no nosso concelho. Não existindo, o que é que acontece? Acontece, por exemplo, o que acontece aqui em Caxarias. Há várias colónias de gatos a várias colónias de animais e algumas pessoas, infelizmente não muitas, que acompanham esses animais que os levam ao veterinário quando eles estão doentes e que pagam do seu bolso, nalguns casos, com algum sacrifício, mas pagam as castrações dos animais, quer gatas, quer gatos. Conheço alguns casos de pessoas pagam do seu bolso aquilo que deveria ser uma situação da Câmara Municipal. Obviamente, pagando do nosso bolso, resolvemos uma situação por mês, duas situações, às vezes três, conforme a possibilidade financeira, onde há o CED, às vezes as castrações são a nível das dezenas ou mais, quando assim é necessário, quando se descobrem colónias novas. Às vezes as pessoas levam animais para castrar e às vezes é mais do que uma dúzia. -----



Por isso, e para não gastar muito tempo, eu queria de facto pedir ao senhor Presidente o seu empenho pessoal nesta matéria, que é tão importante, repito, tão importante para todos nós, não é só para alguns e principalmente, naturalmente, para os animais. -----

O outro assunto também tem a ver com os animais. Senhor Presidente, quero aqui demonstrar, mais uma vez, a minha estranheza com a questão da vacinação dos animais. É uma situação que não melhorou, piorou e já no ano passado aconteceu a mesma coisa.

Antes, a vacinação, que ocorre geralmente nos meses do verão, ocorria em todas as freguesias. O senhor Veterinário Municipal deslocava-se às freguesias, a locais publicitados, e a população, naturalmente, deslocava-se a esses locais para vacinar os seus animais. Já o ano passado ocorreu que, lamentavelmente, as pessoas tiveram que se deslocar ao Canil de Ourém, no Pinheiro e, naturalmente, as pessoas são muito menos do que aquelas que se deslocavam nas freguesias. Eu não consigo perceber. Talvez o senhor Presidente possa dar alguma informação, dizer porque é que a Câmara Municipal não consegue ter um veterinário que vá junto de todas as freguesias e possibilitar que haja mais oportunidades para as pessoas que querem vacinar os seus animais. Porque, convenhamos, nem toda a gente consegue deslocar-se, ou porque não consegue, ou porque não tem carro, ou porque não tem transporte, ou porque não tem idade. Há diversos fatores que os impedem de ir ao canil, a Ourém para vacinar os seus animais. -----

E, para quem não tem isto em mente, começou o primeiro dia de vacinação, foi agora na quinta feira passada, e agora volta a haver na 3.^a quinta feira de agosto, depois na 4.^a quinta feira de setembro, depois outubro. Penso que é assim, que não estou enganada. Portanto é incrivelmente, muito menos dias do que o outro plano que existia e que nalguns concelhos continua a existir naturalmente, mas que em Ourém, devido às dificuldades que alguns de nós sabemos quais são. Mas, independentemente do senhor veterinário municipal estar doente, podia haver outra solução que desse resposta a esta necessidade que a população tem para vacinar os seus animais. -----

Muito obrigado.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL referiu o seguinte: ----

“Agradeço a participação da munícipe sobre estes temas. -----



Não tenho muito a acrescentar, a questão do CED é uma questão que já aqui foi levantada. -- Nós estamos com dificuldades porque o senhor veterinário municipal, como foi aqui dito, está de baixa já há algum tempo. Estamos a recorrer a uma prestadora de serviços que não está a tempo inteiro e por isso dificulta também esta possível implementação, como também a questão da vacinação dos animais, porque não temos, neste momento, pessoas disponíveis para o fazer e por isso é que a vacinação é no CRO. Não temos neste momento pessoas, não temos veterinário municipal a tempo inteiro para poder aceder a esta situação. -----

Assinei hoje mesmo um aviso para a contratualização de uma veterinária ou de um veterinário. Vamos ver se aparece alguém interessado para um contrato a tempo incerto, ou seja, que durará até que o nosso veterinário esteja de baixa. A lei prevê essa situação e, portanto, estamos a avançar nesse sentido, mas ainda vai demorar algum tempo. Enquanto não tivermos ninguém a tempo inteiro, todas estas situações que foram aqui elencadas, e que reconheço que são importantes, não podem avançar porque não temos condições para isso. --- Dizer, como também já aqui foi dito e reconhecido, eu acho que comparar aquilo que temos hoje, em termos de proteção dos animais, com aquilo que tínhamos há oito anos atrás, é uma mera coincidência porque efetivamente, nessa altura, os animais eram muito maltratados, não tinham o mínimo de condições e hoje, acho que tem sido feito um grande trabalho, não só através dos profissionais do Município que estão no CRO, mas também através do voluntariado. -----

E convido a munícipe a que se possa também voluntariar para que, diariamente, possa ir ao CRO ajudar, porque é efetivamente muito preciso o trabalho dos voluntários naquele local, onde tem sido feito um grande trabalho. -----

Muito obrigado.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNIICPAL expôs o seguinte;

“Ainda a propósito deste tema, permita-me dar algum esclarecimento adicional. -----

Ainda antes disso, fazendo aqui uma referência prévia, foi notória e é de saudar e salutar o esforço que os voluntários fazem e que são muitos no concelho de Ourém, deste flagelo que assola a nossa sociedade. É uma das falhas da sociedade, porque o comportamento humano a isto leva. É fácil hoje ter um animal e, muitas vezes, saciar o desejo das crianças. Mas não só.



E comprar ou adquirir animais de estimação pequenos, ainda muito jovens que, depois crescem e acabam por não ter a atenção e o carinho desejável de um lar. E o caminho, infelizmente, que vai acontecendo pelo país, é o abandono. -----

Queria dizer-vos, relativamente ao CED, que só é possível nos animais que estão a viver em comunidade. Só é possível legalmente acolhê-los, esterilizá-los e libertá-los, no caso dos gatos, dos felinos. No caso dos cães, a Lei não permite, porque temos tido vários casos de matilhas assiveltradas, que tem um comportamento muito agressivo e alguns casos, como foi recentemente em Vila da Feira, em que uma matilha de cães assassinou um cidadão bastante jovem, o que todos lamentamos e não queremos que isso aconteça. As matilhas, se são capturadas, ficam retidas. -----

Aquilo que está a acontecer, e deixava aqui um repto ao senhor Presidente da Câmara, é que estamos a proceder ainda, e agora falo, permitam-me este atrevimento, porque esta tutela, por acaso ainda não é a minha, vai ser minha, está em transição do Ministério do Ambiente para o Ministério da Agricultura. E vão ser abertos um conjunto de avisos de apoio aos municípios que colaboram, como foi no caso dos CROS, em que financiamos. -----

O objetivo principal é esterilizar o máximo possível de animais que são recolhidos e, em segundo lugar, e é aqui a nova postura diferente que vai acontecer, é que os detentores de animais têm que ser detentores responsáveis. E hoje todos sabemos que há uma obrigatoriedade de introdução do microchip nos animais, obrigatoriedade essa que quase ninguém cumpre, são poucos os que o fazem. Temos no Ministério da Agricultura milhares e milhares de contraordenações no valor que não chega a 50 € e que depois as pessoas recorrem, andam a arrastar nos tribunais e não chegam a lado nenhum. -----

Portanto, o que vamos fazer é que as coimas vão passar a ser dolorosas. Vamos ter que ter uma ação mais fortalecida e mais musculada, no sentido de as pessoas pagam primeiro e depois, se quiserem, podem reclamar a seguir. Idêntica àquilo que foi o avanço que se fez nas multas de trânsito. -----

E vai haver uma tentativa muito grande de responsabilização para os detentores de animais de companhia. Ser detentor de um animal de companhia hoje tem que ser um ato muito responsável. -----



Há mais de 1 milhão de animais abandonados em Portugal. Para terem ideia, os casos mais famosos são os cães e os gatos, mas, também há, cada vez mais, tartarugas, cobras, e há muitos cavalos abandonados em Portugal. Teremos que ter aqui um braço muito forte nesta política e nesta matéria.” -----

----- Nos termos do Regimento da AMO, “(...) o texto das deliberações das sessões ou reuniões consideram-se aprovadas em minuta, salvo solicitação ou deliberação em contrário, sendo assinadas pelo Presidente.” -----

----- Concluída a ordem de trabalhos desta sessão ordinária de junho, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu esta por encerrada, pelas dezanove horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL